

A CONSTITUIÇÃO ASSASSINADA!!!...

A PROPRIEDADE DO CIDADÃO

Manoel Joze de Medeiros,

Atacada e Roubada!!!

E POR QUEM ?? (1)

O NOBRE SNR. DEPUTADO GERAL

D.^{or} Manoel Jansen Pereira,

MALTRATADO E ESPANCADO!!!...

E QUEM O ATREVIDO QUE O ESPANCOU ?? (2)

Maranhão Typ. de R. A. R. de Araujo. Impresso por S. A. de Farias. 1844.

Foi em 1820, que se proclamou em Portugal a Constituição. Estatuto este que até então eu ignorava a sua bondade e virtude, por que nunca havia visto escripto a sua composição, e nem nella se fallava. Foi pois d'aquelle anno em diante que se começou a vulgarizar nesta Capital. Benefícios que da sua estabilidade podião resultar aos que a amassem e a observassem.

Nesta mesma Capital foi proclamada em 6 de Abril de 1824, até este dia floreceo o meu Estabelecimento, que passava por um dos melhores de beneficiar Arroz: desde então começou a declinar, e eu a ser encomodado, e mais desde que se proclamou a Independencia na Corte do Rio de Janeiro e Provincia da Bahia, noticia que appareceu aqui em 1823, e que muito agradou aos que então desejavão a prosperidade do Brasil; e sendo eu um dos deste numero que muito a dezejo, e que disso tenho dado notorias provas, fui hum dos cooperadores, estando constituído Procurador da primeira Camara Constitucional, para que esta Provincia fosse a terceira do Brasil que a proclamasse; estes dezes

o deportamento para Portugal, o abandono de minha Fabrica, o fazer consideraveis despezas, o estar empenhado (em quanto logo que o possa verificar, o farei publicar, e quaes os meus Credores, visto que ja publiquei os Bens immoveis que possuia.) todos, todos estes prejuizos me arrastaraõ a Constituição, e a Independencia; todavia por esta, e aquella sempre que poder farei todos os sacrificios para que se jaõ conservadas.

Todos os males indicados, e serviços que hei prestado à Provincia, quaes quem possuir minhas Razões Finaes os teraõ observado nellas allegadas; e os que me tem causado o actual Exm. Presidente o Sr. Dr. Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, de accordo com o seu intimo Amigo o Sr. Brigadeiro graduado Manoel de Souza Pinto de Magalhães, os provo com os seguintes documentos, e notas no fim transcriptas; e no destas os despotismos que em 1825 e 26 praticou o Tirano Pedro Joze da Costa Barros, patricio do mesmo Sr. Figueira de Mello.

—REQUERIMENTO N.º 1—

—Ilm. e Exm. Sr.—O Cidadão

ORMA
347
2756

ORMA
355.2
2756

Manoel Joze de Medeiros, tem a satisfação de apresentar a V. Exc. o incluzo requerimento que ontem organizou para o trazer, hoje 16 do corrente Janeiro de 1844, a V. Exc., em que mencionou a dispotica prisaõ do seu escravo Lino, crioulo mulato; e por que esta manhã lhe certificaraõ que o Brigadeiro Commandante das Armas Manoel de Souza Pinto de Magalhães, lhe mandou sentar praça no Batalhaõ de Fuzileiros, bem provado tem quanto no mencionado requerimento allegou: com este procedimento bem mostra aquelle Brigadeiro que pertende divertir-se com o Supplicante; este porem assevera a V. Exc. que é quem mais si ade divertir com elle; e mais assevera que o mulato é seu escravo: consequentemente mui respeitozamente requer a V. Exc. se Digne mandar entregar a sua propriedade.

O Supplicante, Exm. Snr., muito sente um taõ escandalozo procedimento por dar lugar aos periodicos publical-o e ao Supplicante leval-o ao Conhecimento de S. M. o IMPERADOR, no cazo de lhe não ser, quanto antes, restituída a sua mencionada propriedade arranca-la de seu poder com notavel offensa a Constituição do Imperio, qual o mesmo Commandante das Armas a devia respeitar, e não feril-a taõ gravemente como firiu.

Compete agora a V. Exc., como Primeira Authoridade, o cural-a e assim o requer o Supplicante — E. R. M. — *Manoel Joze de Medeiros.*

—DESPACHO—

Trate o Supplicante em requerimentos diversos as questões relativas ao Thesouro Provincial, e a praça do seu *Escravo* usando de termos comedidos e decentes a cerca das Authoridades, contra quem representa Palacio de Governo do Maranhão 18 de Janeiro de 1844=Figueira de Mello=(3)

—REQUERIMENTO N.º 2—

—Ilm. e Exm. Snr.—O Supplicante Manoel Joze de Medeiros, com muito pezar vem importunar a V. Exc.

e o que a isso o move saõ os maus servidores da Nação nesta Provincia.

No dia 6 do corrente mez, serião 7 oras da noute, pouco mais ou menos, um seu escravo mulato crioulo de nome Lino de idade de 16 annos, a quem tem encarregado a feitoria da sua Quinta por saber ler, escrever, e contar, sciencia que lhe mandou aprender para a uttlisar, pedio-lhe licença as oras mencionadas para ir ver um presepio em casa de um seu vesinho, licença que lhe concedeu, e logo que appareceu na mesma caza um recrutador Soldado do Corpo de Policia o recrutou, e conduzio ao respectivo Quartel: pedio-lhe o recrutado escravo que o levasse a seu Snr; porem aquele servidor o não attendeu e o entregou, talvez asseverando ao seu superior ser liberto; em consequencia foi mandado para a prizaõ onde já estavam alguns recrutados.

Como no seguinte dia 7 era Domingo não tratou o Supplicante de reclamar a sua propriedade, e a foi reclamar no dia 8 ao Tenente Coronel Joaquim Serapião da Serra, Commandante do sebre dito Corpo de Policia: prestando-lhe toda a attenção, depois de ouvli-o, dice-lhe que a parte que lhe bovião dado foi de que o recrutado era pessoa livre, e como tal estava contemplado na Relação dos recrutados, qual ia mandar com estes a V. Exc., e ordenou ao Official inferior que fez a dita relação notasse ser escravo o dito recrutado. Prognuntou-lhe o Supplicante se era preciso ir falar com V. Exc. a respeito; respondeu-lhe que não tivess esse incommodo, pois que V. Ex. a vista da nota lho havia mandar entregar; o certo he que o mesmo Commandante remetteo a V. Exc. todos os recrutados, e que V. Exc. os mandou, segundo lhe consta, ao Commandante das Armas, e que este mandou sentar praça aos mesmos recrutados, menos ao seu escravo; porem athe hoje he conservado na prisaõ, e obrigado a fazer serviços que o Supplicante lhe não tem mandado fazer.

V. Exc. sabe muito bem, e todos os habitantes desta capital que o mesmo Commandante das Armas he ininigo Capital do Supplicante por o ter desmascarado, com toda a verdade,

em suas Razões Finaes, e chamado a Juizo por ser o motor de já não estar em execução um projecto que se is Antecessores de V. Exc., e todas as mais pessoas de gradação, sabedoria e possibilidades o tem approvado, e ultimamente o approvou a Nobre Assembléa Legislativa Provincial e tanto que classificou *Vasto, Gigantesco, e Sublimes os pensamentos do Autor, que adontado não só por esta Provincia, como por todo o Imperio podia fazer a prosperidade publica*; e de certo ouza dizer o Supplicante, que só com o systema de Associação Geral projectada já nesta Provincia approvado, é que se bairá do mesmo Imperio as Notas móda papel, e é que se poderá extinguir a divida Publica em menos de 10 annos, e reconhecido o maior dos Imperios; e o que se atreve a declarar por assim o ter proferido a sabedoria desta Provincia, inclusive V. Exc. que teve a bondade Sanccionar a Lei Provincial que authorizou a da Sociedade Geral Maranhense, para criar o seu Banco Commercial em consequencia de suas ditas Razões finaes, e Supplicante que as acompanhou; portanto preciso é que V. Exc., como Delegado de S. M. o IMPERADOR, aquem o Supplicante muito respeita, não consinta que a primeira Authoridade Militar se sirva de seu Emprego para fazer desfeitas ao Supplicante na pessoa de seus escravos, sendo tal a mesma Authoridade, que depois de ter approvado o mesmo projecto, e estar constituido, por uma Assembléa Eleitoral de 300 Cidadãos, Membro da Junta Directoria da mesma Sociedade, teve a fraqueza de proferir perante a mesma Junta a que Presidia o Exm. Governo seu primeiro Grande Eleitor e Director, que havia approvado o sobredito projecto por condescendencia, por lhe haver pedido o Exm. Sr. Barão de Caxias, e isto por o Supplicante ter-lhe contestado as suas sinistras opiniões; que tinham por fim paralizar o progresso do mesmo projecto, declaração que obrigou ao Exm. Sr. Presidente a dar assão por acabada, e ao Supplicante a rearmar as sobreditas Razões finaes, tantas de 26 folhas de papel in-
sas; cuja impressão e papel de 2:000

exemplares. Lhe importão mais de 1:600\$ rs. que o Supplicante em tempo opportuno os pertende haver do mesmo Commandante d'Armas, e os mais porque já o chamau a Juizo perante o respectivo Juiz de Paz, accio que ainda lhe não foi possível promover, e que disso não se descuidar.

O Supplicante Exm. Sr., aproveita esta occasião notando um outro despotismo com elle praticado por intermedio do Thesouro Provincial: elle arrematou um terço da Obra da Caza Penitenciaria para a dar prompta em determinado tempo, e o finado Joaquim Manoel da Cunha dous terços de sociedade com Joze Tavares de Medeiros, figurando este de fiador d'aquelle com condição de que n o dando a sua respectiva Obra prompta no prazo ajustado, pagaria 4:000\$ rs. de multa: o Supplicante que deu por seu fiador e Tenente Coronel Francisco do Valle Porto, era taõbem obrigado a pagar igual multa, quando em proporção so devia pagar 2:000\$ rs. por o terço que arrematou, antes do mesmo prazo o deu por acabado, menos o abatimento de 4 Tanques por depender de se lhe por 4 Torneiras, e terraplenar um terço dos dous quarteirões da mesma Caza que então se não podiaõ terraplenar por taõbem dependerem d'aquelle dito arrematante acabar nella as Obras que lhe competião, quaes não deu por acabadas no prazo que ajustou: consequentemente responsavel ficou a pagar a convencionada multa de 4:000 rs.

O Supplicante que acabou o seu terço de Obra dias antes do ajustado, deu parte ao Exm. Governo havel-o acabado, e que fosse servido mandal-o Visitar e baptisfazer-lhe o ultimo pagamento, e quanto ao acabamento dos mesmos tanques elle se responsabilisava ultimar, logo que lhe fosse ordenado; requisição feita ao Exm. Sr. ex-Presidente Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo; Este Sr. Ordenou que o Major Engenheiro Fernando Luiz Ferreira, fosse fazer a requerida Vistoria; Vistoria que duvidou fazer por não ser o Engenheiro que criou a Obra; a respeito respondeo-lhe quanto entendeu; cuja allegação não foi attendida, pois que o mesmo Exm. Sr. lhe ordenou

fizesse a mesma Victoria, que a veio a fazer passados mezes, e em sua informacao notou, segundo entendeu, um defeito no Cano exterior, qual o de não estarem tampadas as aberturas de dois palmos em quadro que o Supplicante deixou, mesmo para serem visturidos por dentro, quaes ainda se conservão, e que senão devem tamar sem os canos interiores se acabarem, obra a destes que lhe não compete, e sim ao sobredito arrematante, o que servio de pretexto ao mesmo Exm. Snr. para lhe não mandar pagar; immediatamente foi este Snr. rendido pelo Exm. Snr. ex-Presidente Manuel Felisardo de Souza e Mello, aquem o Supplicante requereu o pagamento, e que elle mesmo, como Lente de Engenheiros, fosse servido ir observar a Obra, graça que lhe fez levando em sua companhia o Major Joze Joaquim Rodrigues Lopes, e como lhe não achasse defeito algum mandou lhe fazer o mencionado pagamento.

Tendo o Supplicante acabado o seu terço de Obra dentro do tempo convencionado e sido satisfeito do ultimo pagamento, nenhuma aqcaõ tinha o Thesouro d'o constituir ovedor de 2.000\$ rs. e ao arrematante Cunha somente outros 2.000\$ rs quando a este he que lhe competia pagar todos os 4.000\$000 reis, visto não ter cumprido até hoje o seu contrato; o certo he que o Fiscal do mesmo Thesouro entendeu que o Supplicante devia pagar os pecados alheios, e requereu ao Meritissimo Dr. Juiz dos Feitos, que o peccador pagasse 2.000\$ rs. e o innocente outros 2.000\$000 rs, e não os pagando que os Officiaes da deligencia lhe fizessem sequestro em escravos, como fizeraõ em 7, por isso que lhes não quiz pagar a quantia requerida: cuja aqcaõ de sequestro labora e ja provada que lhe não compete pagar, e sim aquelle que não cumprio seu contrato; e não será isto para incommodar ao Supplicante por ter desmascarado o Commandante das Armas e publicado em seus escriptos verdades incontestaveis que não tem agradado aos seus Amigos! De certo que he, e todas as pessoas imparciaes assim o reconhecem.

He pois Exm. Snr. como trataõ

um Cidadão que desde 1833, tem despresado os seus interesses particulares, como he constante, occupando-se somente em promover os interesses geraes, como o provaõ os seus escriptos arespeito; e nem o Supplicante devia esperar outra recompensa, quando funcionarios publicos que só devião curar de seus deveres; e Cidadãos que tambem devião promover o bem de sua Patria, se elevão por partidos e caprixos, e ouzão té promover a perseguição d'aquelles que unicamente se dedicão e sacrificão pelo bem publico.

O Supplicante espera que V. Exc. meditando no exposto rezolva como he de justiça = E. R. M. = *Manoel Joze de Medeiros.*

— DOCUMENTO N.º 3 —

— Ilm. e Exm. Snr. — Manoel Joze de Medeiros, precisa para provar quanto lhe convem a bem de sua justiça, que o Snr. Secretario de V. Exc. lhe dê por Certidão o Officio N.º 12, dirigido ao Commandante das Armas Manoel de Sousa Pinto de Magalhães em 9 do corrente miz; e como sem despacho de V. Exc. a não pode obter consequentemente — P. a V. Exc. se digne mandar passar a indicada Certidão — E. R. M. — Manoel Joze de Medeiros. — Despacho — Passe não havendo inconveniente. Palacio do Governo do Maranhão 27 de Janeiro de 1844. Figueira de Mello — Certidão — Certifico, que o Officio de que trata a Petição retro he do teor seguinte. N.º 12 Ilm. Snr. por ordem de S. Exc. o Snr. Presidente da Provincia remetto a V. S. os individuos constantes da relação inclusa, afim de terem praça aquelles que V. S. julgar nessas circumstancias. Deos Guarde a V. S. Secretaria do Governo do Maranhão em 9 de Janeiro de 1844. — Ilm. Snr. Brigadeiro Manoel de Sousa Pinto de Magalhães, Commandante das Armas da Provincia — No impedimento do Secretario João Rufino Marques, Official maior — Relação dos recrutas, que com o Officio desta data são remetidos ao Snr. Brigadeiro Commandante das Armas por Ordem do Exm. Snr. Presidente da Provincia — Manoel Diodizio dos Remedios, idade 23 annos, natural desta

Provincia, Solteiro, Official de Sirigueiro, diz ser filho unico de viuva, e apresenta um Attestado= Lourenço Jose Pereira, Official de Marcineiro, natural desta Provincia, idade 23 annos, Solteiro, não tem izenção alguma—João Antonio de Moraes, idade 25 annos, natural desta Provincia, Cazado, Official de Carapina, apresenta dous Attestados—Antonio Ignacio dos Santos, idade 21 annos, natural da Paraíba, Cazado, Official de Alfaiate, não apresenta justificação alguma—Benedicto Gonçalves Rufino, idade 24 annos; natural desta Provincia, Cazado, Official de Alfaiate, não vive com a mulher a muito tempo, e esta queixa-se a margamente delle—João Antonio Gonçalves Maya, idade 21 annos, natural desta Provincia, Solteiro, Official de Calafate, tem outro irmão, já soldado do Batalhão Provisorio, porem servia muito pouco, per iquidade do Coronel Francisco Joze Martins; consta ter furtado Gado em Cajapió=*Lino Antonio, idade d' 16 annos natural desta Provincia, Solteiro diz ser escravo mais não prova.* Secretaria do Governo do Maranhão de 9 Janeiro de 1844—No impedimento do Secretario, João Rufino Marques, Official maior—Secretaria do Governo do Maranhão 25 de Janeiro de 1844—Dr. Fernando de Mello Coutinho de Vilhena, Secretario do Governo—Pagou 2400 rs. de emolumentos que ficão lançados a f. 95 do Livro competente. Secretaria do Governo do Maranhão 25 de Janeiro de 1844—Vieira—Silva—Sello—N.º 12:963—Pagou 240 rs. do Sello, Adicional Maranhão 27 de Janeiro de 1844—Silva Bruce—Reconhecimento—Reconheço a assignatura retro do Secretario do Governo. Maranhão 31 de Janeiro de 1844—Estava o Signal Publico—Em testemunho de verdade Leocadio Alexandrino Bello.—Sello—N.º 13:180—Pagou 120 rs. do Sello Adicional Maranhão 31 de Janeiro de 1844—O Administrador Sabino—Bruce.

—DOCUMENTO N.º 4—

—Ilm. Senr. Commandante do Corpo de Policia—Manoel Joze de Medeiros, perciza que V. S. declare se

no dia 6 do corrente mez, foi recrutado um mulato de nome *Lino*, se no dia 8 compareceu o Supplicante a parte par-lhe que era seu escravo, se V. S. lhe dice que estava já incluído na relação dos recrutados, que neste dia tinha de dirigir ao Exm. Snr. Presidente, e que a não estar incluído lho mandava entregar, e que na mesma relação lhe mandava por a nota de que era escravo; se o Supplicante lhe perguntou se era preciso fallar com S. Exc. a respeito, e se V. S. lhe respondeu que não era preciso, pois que o mesmo Exm. Senr. a vista da nota lho mandaria entregar, cujas declarações precisa para bem de sua justiça, e neste sentido, P. a V. S. se Digne attender ao seu pedido—E. P. M.—*Manoel Joze de Medeiros—DECLARAÇÃO*—Joaquim Serapião da Serra, Cavalheiro da Ordem de Cristo, Tenente Coronel da Guarda Nacional, e Commandante do Corpo de Policia desta Provincia—Satisfazendo o pedido do Supplicante declaro que tendo sido prezo no dia 6 do corrente o mulato *Lino Antonio*, o qual posto dicesse ser escravo não offereceu documento algum que provasse, e não sendo reclamado por pessoa alguma até então foi relacionado para ser remetido ao Ilm. e Exm. Snr. Presidente da Provincia no dia 8: depois do que apresentou-se o Supplicante dizendo-me ser aquelle mulato seu escravo; porem como não fosse sua reclamação documental, respondi-lhe que o recrutado ia ser remetido ao mesmo Exm. Snr. Presidente com a nota de ser escravo, o Supplicante então retorquiu que a vista disto nem seria preciso reclamaol-o ao mesmo Exm. Snr. por ser natural que elle lho mandasse entregar, ao que me não opuz, e antes respondi-lhe que sim; cifra se no expellido o pedido do Supplicante que afirmo ser verdade, e para firmeza mandei passar a declaração que vai por mim assignada, e Sellada com o Sello do Corpo do meu Commando. Quartel do Campo de Oryque do Maranhão 17 de Janeiro de 1844—Joaquim Serapião da Serra.—Reconhecimento—Reconheço a assignatura da declaração retro. Maranhão 24 de Janeiro de 1844.—Estava o signal Publico—Em testemunho de verdade.—Leocadio Alexan-

drino Bello.—Sello—N.º 13179—Pagou 240 rs. do Sello Adcional. Maranhão 31 de Janeiro de 1844.—O Administrador, Sabino.—Bruce.

—DOCUMENTO N.º 5.—

—Ilm. Snr.—Manoel Joze de Medeiros, para bem de sua justiça precisa que V. S. se Digne declarar, abaixo deste, qual foi a Authoridade que mandou no dia 10 do corrente mez, sentar praça a um mulato de nome *Lino Antonio*, no Corpo de Fuzileiros do Commando de V. S. e se o dito mulato n'acção de jurar Bandeiras, de clarou ser escravo, ou pessoa livre: neste sentido—P. a V. S. Sear. Tenente Coronel Commandante do Batalhão de Fuzileiros se Digne fazer as declarações exigidas—E. R. M. Manoel Joze de Medeiros—**DECLARAÇÃO**—Feliciano Antonio Falcão, Official da Ordem da Roza, Cavalheiro da de S. Bento de Aviz, Tenente Coronel effectivo, e Commandante do 5.º Batalhão de Fuzileiros de 1.ª Linha do Exercito por S. M. o Imperador aquem DEOS Guarde &.—Certifico que a Ordem a que se refere o Supplicante na petição retro, é do theor seguinte—N.º 53—Remetto a Vmc. para ter praça no Batalhão do seu Commando o recruta *Lino Antonio natural desta Cidade, com 16 annos de idade, Solteiro sem Officio*, que me foi remettido pela Presidencia com Officio n.º 12 do Official maior da Secretaria datado em 9 do corrente mez. *Este recruta allegou que era escravo de Manoel Joze de Medeiros; mas tendo-lhe dado tempo para justificar não justificou, e nem alguém o reclamou.* Deos Guarde a V. merce Quartel General do Commando das Armas do Maranhão 15 de Janeiro de 1844—Assignado—Manoel de Souza Pinto de Magalhães, Commandante das Armas—Sr. Tenente Coronel Feliciano Antonio Falcão, Commandante do 5.º Batalhão de Fuzileiros—Nem mais nem menos se continha em a Ordem a que me refiro e ao seu original me reporto. Declaro finalmente que o individuo aquem é relativo a mesma Ordem, não declarou no acto de prestar o juramento se era livre, ou escravo, porque eu

naõ exigí delle tal declaração; visto que o meu dever se cifra ao cumprimento da Ordem dada. Quartel do 5.º Batalhão de Fusileiros no Campo de Ourique do Maranhão 18 de Janeiro de 1844—Feliciano Antonio Falcão,—Sello—N.º 12573—Pagou 210 rs. do Sello Adcional Maranhão 22 de Janeiro de 1844—Silva—Bruce—Reconhecimento—Reconheço a assignatura da Certidão supra. Maranhão 24 de Janeiro de 1844—Estava o Signal Publico—Em testemunho de verdade—Leocadio Alexandrino Bello.

—DOCUMENTO N.º 6.—

—Ilm. e Exm. Snr.—Manoel Joze de Medeiros, para mostrar Authentica-mente a sua justiça, precisa que o Secretario de V. Exc., revendo a participação e relação dos Recrutas que o Commandante do Corpo de Policia dirigio a V. Exc., no dia 9 do corrente mez, declare abaixo deste por certidão qual a nota que o mesmo Commandante fez na indicada participação e relação relativa ao mulato recrutado *Lino Antonio*: por tanto—P. a V. Exc. se Digne mandar passar a pedida Certidão—E. R. M.—*Manoel Joze de Medeiros*—Despacho—Passe. Palacio do Governo do Maranhão 18 de Janeiro de 1844—Figueira de Mello—Certidão—Certifico que a nota exigida pelo Supplicante em sua Petição retro é do theor seguinte—*Lino Antonio, 16 annos, natural do Maranhão, Solteiro diz ser escravo, mas não prava.* Secretaria do Governo do Maranhão em 19 de Janeiro de 1844—Dr. Fernando de Mello Coutinho de Vilhena, Secretario do Governo—Pagou 800 rs. de emolumentos que ficam lançados a f. 94. v. do Livro respectivo. Secretaria do Governo do Maranhão em 19 de Janeiro de 1844—Vieira—Silva.—Reconhecimento—Reconheço a assignatura supra. Maranhão 24 de Janeiro de 1844—Estava o signal Publico—Em Testemunho de verdade Liocadio Alexandrino Bello—Sello—N.º 12574—Pagou 120 rs. do Sello Adcional. Maranhão 22 de Janeiro de 1844—Silva—Bruce.

DOCUMENTO N.º 7.

— Ilm. e Rmo. Snr. — Manoel Joze de Medeiros, morador na Freguezia de N. S. da Conceição desta Cidade, precisa por Certidão o theor do assento de Baptismo do crioulo mulato Lino, filho de sua Escrava a preta Filippa, nascido em 16 de Novembro de 1827; por tanto P. a V. S. Ilm. e Rmo. Snr. Vigario Capitular seja servido mandar que o respectivo Escrivão da Camara Ecclesiastica revendo o Livro de taes assentos lhe passe a dita Certidão; e jura não ser para cauza crime. E. R. M. — Manoel Joze de Medeiros. — Despacho. — Passe. Maranhão 17 de Janeiro de 1844. — Rego. — Certidão. — Certifico que revendo um dos Livros findos de assentos de Baptismos da Freguezia de N. S. da Conceição desta Cidade, nelle a fl. 233 se acha o assento cujo theor é seguinte: — Aos 27 dias do mez de Dezembro de 1827, nesta Igreja Parochial da Conceição Baptizei solemnemente, e puz Santos Oleos a Lino que tinha 40 dias de nascido, filho natural de Felippa escravos de Manoel Joze de Medeiros, Padrinhos Lino Mauricio da Silva, solteiro, natural e morador desta Cidade, e N. S. da Conceição. — O Coadjutor Bartholomeu dos Ramos. — Está conforme o original a que me reporte no lugar citado, onde fica averbada esta Certidão e vai sem couza que duvida faça do que dou fé. Maranhão 17 de Janeiro de 1844. — Eu o Padre Antonio Joao de Carvalho, Escrivão da Camara Ecclesiastica a sobscreevy, e assignei. — Antonio Joao de Carvalho. — Sello. — N.º 12315 Pagou 120 rs. do Sello Adcional. Maranhão 17 de Janeiro de 1844. — O Administrador Sabino. — Mendo. — Reconhecimento. — Reconheço a assignatura supra da Certidão. Maranhão 24 de Janeiro de 1844. — Estava o signal Publico. — Em testemunho de verdade. — Leocadio Alexandrino Bello. — Sello. — N.º 12964 Pagou 120 rs. do Sello Adcional. Maranhão 27 de Janeiro de 1844. — Silva. — Bruce.

DOCUMENTO N.º 8.

— Manoel Joze de Medeiros, precisa

por Certidão se se acha incluído na matricula do Supplicante o seu escravo crioulo mulato Lino, por tanto P. a V. S. Ilm. Snr. Administrador da Recebedoria de Rendas Internas assim lhe deffira. — E. R. M. — Manoel Joze de Medeiros. — Despacho. — Passe Recebedoria de Rendas do Maranhão 17 de Janeiro de 1844. — O Administrador. Sabino. — Certidão. — Certifico que do Livro de Matricula a fl. 68 sob n.º 466 se acha lançada a relação dos escravos do Supplicante, entre os quaes consta o do que trata a Petição supra. — Lino, 15 annos, mulato crioulo, Feitor. Recebedoria de Rendas Internas do Maranhão 17 de Janeiro de 1844. — O Escrivão Francisco Antonio de Freitas Guimarães. — N.º 66. — Pagou 320 rs. de Emolumentos. — O Administrador Sabino. — Algarve. — Sello N.º 12317 Pagou 120 reis do Sello Adcional. Maranhão 17 de Janeiro de 1844. — O Administrador, Sabino. — Reconhecimento. — Reconheço a assignatura da Certidão. Maranhão 24 de Janeiro de 1844. — Estava o signal Publico. — Em testemunho de verdade. — Leocadio Alexandrino Bello.

DOCUMENTO N.º 9.

Ilm. Snr. Dr. Juiz Municipal da 2. Vara

— Manoel Joze de Medeiros, com os documentos inclusos, prova a V. S. que no dia seis de Janeiro p. p., as sete oras da noite, hum encarregado de recrutar pessoas livres, recrutou hum escravo do Supplicante, mulato crioulo de nome Lino Antonio: foi pois este mesmo recrutado que no dia sette, provou ao Commandante de Policia Joaquim Serapião da Serra. com o Cappitão do mesmo Corpo Profiro Joze da Cunha, (Official probo e onrado Militar que reúne em si todas as boas qualidades, e pelas reunir passou pelo desgosto do Exm. Governo dimitil-o do Posto, dous ou tres dias depois das recentes Eleições; remuneração que teve pela coragem com que se bateu na guerra do Interior, em que foi ferido em tres partes do Corpo; dimissão escandalosa, que causou espanto geralmente a todos) e outros Militares que affirmarão ser o re-

erutado o escravo do Supplicante; prova superabundante para o mencionado Commandante mandar-lho entregar, e que até ao dia oito o mesmo Supplicante ignorava havel a dado os obredito escravo, que a não ignorar não acreditaria as rasões que aquelle Commandante no dia oito expendeu, indo o Supplicante reclamar a sua propriedade, affirmando-lhe ser sua escrava; reclamação que lhe não fez no mesmo dia 7 por ser Domingo, o certo é que elle não exigia outra qualquer prova quanto mais que o poder dominical, e direito de propriedade não prescreve em tres dias, e nem o Supplicante foi noticiado para provar a escravidão do mesmo recrutado; consequentemente não é exacta a sinistra nota que mandou exarar na relação, documento N.º 3 de que fez remessa ao Exm. Governo: remessa que este fez ao Brigadeiro Commandante das Armas Manoel de Souza Pinto de Magalhaens, documento n.º 4, para que mandasse sentar praça áquelles recrutados, que estivessem nas constancias disso, que são as em que não estava o escravo do Supplicante, que portal o reconheceu o Official-maior da Secretaria do mesmo Exm. Governo, João Rufino Marques, que dice ao Ajulante de Ordens Lourenço Justiniano da Serra ser escravo do Supplicante, ao que aquelle respondeu que, na conformidade do Officio que se dirigia ao mesmo Commandante das Armas, este só mandaria sentar praça aos recrutados que estivessem na razão disso. He bem constante e notorio ser o sobredito Commandante das Armas inimigo capital do Supplicante, desde 1821, e mais desde 1842, anno em que começou a desmascarar o em seus escriptos; o qual sem respeito a Constituição do Imperio, que garante a propriedade do Cidadão e a clacifica inviolavel valendo-se, e abusando de sua limitada Authoridade Militar mandou com effeito sentar praça (que elle mesmo reconheceu no Officio que dirigiu ao Benemerito exemplar dos Militares desta Provincia o mui probo e digno Commandante do Corpo do Batalhão 5.º de Fuzileiros Feliciano Antonio Falcão) ser escravo do Supplicante, ordenando-lhe para que attessee, o que V. S. observará no docu-

mento N.º 5. O mencionado escravo sabe ler, eserever, e contar, sciencia que o Supplicante, lhe mandou ensinar para lha disfrutar, como estava disfrutando, e tanto que o havia constituido Feitor de sua Quinta, em que começou a economizar quarenta e cinco mil rs. que pagava a hum Feitor cada mez, que o despedio para o admitter, e o que era bem constante; sendo certo que os empregados nos diferentes ramos de agricultura são izemptos do recrutamento; e izempto estava o mesmo escravo si estivesse liberto; consequentemente, praticou o mesmo Commandante das Armas hum despotismo e os que lho apoião, nunca praticado em tempo que se dizia o havia, nem pelos ex-Capitaens Generaes e Presidentes, e nem por os Commandantes d'Armas; o qual sevê praticado no tempo das actuaes Authoridades, e outros diferentes, e destes hum outro está soffrendo o mesmo Supplicante, que é o notado no segundo requerimento juntado ao primeiro, documento N.º 1.

Com os mencionados documentos provado tem o Supplicante que o sobredito Commandante das Armas combinado, talvez, com o da Policia são os que lhes hão roubado o seu escravo; e é pois contra elles que protesta haver, não só os dias de serviço a razão de quarenta e cinco mil reis por mez até lhe ser restituído, como tão bem a importancia dos originaes documentos, de suas publicas formas, do custo dos requerimentos, das agencias que tiver de pagar na Corte do Rio de Janeiro, onde perende reclamar-o; e finalmente da Impressão de dous mil exemplares do impresso intitulado —A Constituição assassinada!!! Apropriedade do Cidadão roubada!... E porquem!! Por o despota Commandante das Armas o Brigadeiro graduado Manoel de Souza Pinto de Magalhaens, e pelos que o apoião, como o roubado passa a provar aos Supremos Altos Poderes Legislativo, e Executivo com os incontestaveis seguintes documentos, — e outro sim protesta pelo valloir em dobro do mesmo escravo que estima em mais de 2:000\$000 rs, no cazo que faleça, ou que fique impossibilitado de prestar-lhe completamente convenientes serviços; requer

por tanto o Supplicante a V. S. se digne mandar que o seu respectivo Escrivão lhe tome o sobredito protesto em presença de V. S., e de duas testemunhas, e mandar-lho entregar com este, e os documentos juntos para instruir o Requerimento de reclamação que pertende levar ao Alto Conhecimento de Sua Magestade o Imperador; e neste sentido — P. a V. S. seja servido deffirir-lhe na forma requerida, e que se intime o Termo de protesto aos Supplicados — E. R. M. — *Manoel Joze de Medeiros.*

— DESPACHO. —

Distribuida, escreva-se o protesto do Supplicante que será intimado por carta aos Supplicados, e depois lhe será entregue com os documentos apresentados. Maranhão 22 de Fevereiro de 1844 — J. Ferreira.

— TERMO DE PROTESTO —

Aos vinte e quatro dias do mes de Fevereiro do anno de mil oito centos e quarenta e quatro — Nesta Cidade de S. Luiz do Maranhão, em caza de morada do Dr. Juiz Municipal da 2.^a Vara da Comarca da Capital Manoel Jansen Ferreira, onde eu Escrivão do seu cargo ao diante no meado fui vindo, a hi era presente Manoel Joze de Medeiros de mim reconhecido, e por elle foi ditto que na forma de sua Petição retro, vinha Protestar, contra o Commandante das Armas desta Provincia o Brigadeiro Manoel de Souza Pinto de Magalhães; e contra o Tenente Coronel das Guardas Nacionais e Commandante do Corpo de Policia da Capital Joaquim Serapião da Serra, pelo assentamento de praça do seu escravo Lião Antonio, para lhe pagarem dias de serviços a razão de quarenta e cinco mil reis por mes, pelo valor do dito escravo, no valor de dois contos de reis no caso de que morra ou fique incapaz de lhe prestar serviços, e de todas as mais despesas que tiver de fazer com agencias,

Impressos, Requerimentos, e Publicas Formas para tudo lhe ser por elles indemnizado; e de como assim o disse e protestou, fiz para constar este termo de Protesto que elle assignou com as Testemunhas presentes, Ivo Joze da Cunha, e Aniceto Joze Botelho de mim reconhecidos, depois de lido por mim do que dou fe Eu Manoel Alexandre Gomes de Mello, escrevente juramentado o escrevi e eu Raimundo Marcos Bello, Escrivão o subserivi — Manoel Joze de Medeiros — Ivo Joze da Cunha — Aniceto Joze Botelho — Nada mais consta do mencionado termo de Protesto, e ao original me reporto; e este vai por mim subscripta e assignado nesta Cidade de San Luiz do Maranhão a os vinte e oito dias do mez de Março de mil oitocentos e quarenta e quatro Eu Manoel Alexandre Gomes de Mello, escrevente juramentado o escrevi, e eu declaro em tempo que não faça duvida a entrelinha da laudo retro que diz — de mim reconhecidos — Eu Raimundo Marcos Bello, Escrivão a subserivi e assignei — Conferido e concertado por mim Escrivão — Raimundo Marcos Bello.

— NOTA N.º 1. —

Foi atacada pelo Tesouro Provincial, que injustamente pertende sacarme 2:000 \$ rs., e o como no requerimento N.º 2 abaixo transcrito o observarão; ao que deu lugar um officio que dirigiu, ao mesmo Thesouro, o Exm. Snr. Presidente o Dr. Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, com o fim de incommodar-me.

Foi também a mim mesmo que, o Brigadeiro Graduado Commandante das Armas Manoel de Souza Pinto de Magalhães, e o Commandante do Corpo de Policia Joaquim Serapião da Serra, apoiados pelo Snr. Figueira de Mello, roubarão-me um escravo mandando-lhe sentar praça, tendo o mesmo escravo e eu provado ser meu captivo, e que o é o prova com os documentos N.º 7 e 8 Cazo virgem só praticado no Governo do mesmo Snr. Figueira de Mello !!!...

— NOTA N.º 2. —

Foi o Cappitão Antonio de S. Payero Ajudante de Ordens do Exm. Snr. Figueira de Mello por este apoiado indo no dia 24

o corrente, sollicitar huma Certidão que o mal-
catou dentro do Palácio do Governo a on-
de: espancou, arrastou athe as escadas, e o
ençou por ellas abaixo, e ignominiosamente
foi expellido para fora do mesmo Palacio com
o vistorio rasgado e sem chapeo!!!... Que
horrendissimo attentado praticado com um No-
bre Representante da Nação: attentado que athe
tem honorisado a maioria dos que são de seu
partido, porque tão execrando insulto não só
fui feito ao mesmo Snr. mas sim tãobem à
Provincia que o constituiu seu Representante:
cujo insulto o presenciou o Snr. Frederico
Magno de Abrahães, ex Deputado Geral,
e outras pessoas que pertendião fallar a S.
Exc. eo que tãobem presenciaraõ os Snrs.
Empregados da Thesouraria, Contadoria, e
mesmo os da Secretaria do Governo. Desa-
venturada tem sido a Provincia do Maranhão
sempre que é Governada pelos Nacionaes da
do Ceará; sendo um destes Pedro Joze da Cos-
ta Barros, que fez despotismos de todo o ca-
libre; sendo um delles o que passo a notar.

Como mui poucos exemplares de minhas
longas Razoes Finaes tenho distribuido nesta
Capital por me convir mais destruibiles por
as mais Capitães das Provincias do Impero
para nestas, a vista dos exemplares, nas mesmas
Razoes transcriptos, cada uma, querendo adotar
o mesmo Systema de Associação Geral nesta
Provincia ja pprovaio, poderem tãobem com mui
pouco incomodo pôlo em effeito; por isso quem
tiver o exemplar terá visto a f. 30 té f. 33, quaes os
despotismos que aqui praticou em 1825 e 26 o di-
to Costa Barros, cujos despoticos, procedimentos
achaõ-se municiozamente narrados nas indicadas
folhas; e porque são desconhecidos aos que aqui
nascerão á 29 annos, e aos vindos de fora, a 18,
notarei neste o despotismo que praticou comigo,
e com mais de 25 distinctos Cidadões Nacio-
naes e um outro Adoptivo. Este monstruozo
ex Presidente constituiu-se Sultão, e Dicta-
dor, fez e desfez Leys, menos cabou a Sobera-
nia, dando postos Superiores e mandando
uzar de insignas, antes da Imperial Confir-
mação: assumio todos os poderes, foi Juiz,
Escrivão, Meirinho, Alcaide, Beligum; Es-
birto, Denunciante, Seductor, Gazeta, Gaze-
teiro, e Inventor de Revoluções, em fim tudo,
tudo este Tirano exercitou, de que lhe resul-
tou não pouca fortuna, e tanta que carre-
gou o Navio, em que se retirou, por o Su-
premo Governo, logo que soube dos seus desatinos
o mandou render, de ricos Bauz, de muitos di-
versos Caixoes, rica mobilia de diversas
qualidades. Gado Vacum, Ovelhum, Porcos, Lei-
toens, Capoeiras, Gaiolas com diferentes pas-
nos, e Escravos; tudo isto esta Ave de Ra-
pina levou, e mais um requissimo Carachá
de brilhantes; objectos que ninguem lhe vio
desembarcar, e sim o que virão, quando
elle desembarcou na Rampa, forão dons
uzados bauz de cabelo e uma caxori-
nha felpuda qual trazia ao collo a Snr.
que mai parecia sua criada pelos pobres
vestidos com que desembarcou, e não constou

que trouxesse escravo algum homem, ou mu-
lier. Estava no Governo o Exm. Sr. Ma-
noel Telles da Silva Lobo, e existia aqui,
o Almirante Cockrane este não lhe con-
vindo que aquelle Snr. lhe des-se posse, de-
pois de algumas esquentadas respostas que
o mesmo Barros lhe deu, mandou o para
o Pará. Passados alguns mezes Ordenou o
Governo Imperial que viesse tomar conta da
Provincia que lhe havia confiado.

Deposse o Tirano, constituiu-se inimigo do
mesmo Snr. Lobo por se capacitar senelle o mo-
tor do me-mo Cockrane o mandar para
o Pará; e por consequente inimigo ficou de
seus Amigos, que erão os malvistas de um
dos partidos que lhe não agradou a Inde-
pendencia; consequentemente tratarão acuel-
les, logo que observarão a inimizade, a adula-lo.

Vendo se o mesmo Tirano com uma roda de
indivíduos que tinhaõ penas; começou a
estreitar intima amizade com elles, já com o
sentido d'os deper. como ja de mostrei
as inumeras penas que lhes tirou e embar-
cou!

Pedio-lhes uma relação d'aquelles Cida-
dãos que elles mais desejavaõ perder, pensa-
que logo lhes forneceraõ e todos d'acordo
começarão a tratar dos meios, e para os levar
a effeito começarão a espalhar que estava para
haver uma Revolução que tinha por fim
assassinar o Presidente, e outras pessoas.

O monstruozo Tirano para mais fazer valler,
e darem credito as falsas noticias, Officiou aos
Commandantes dos Corpos de 1.ª e 2.ª Li-
nha para comparecerem no largo de Palacio
Armados e bem municiados de cartuxos com
ballas e sua respectiva polvora, e assim viesse
munida a Artilharia, e immediatamente procla-
mou, convidando o Povo, a Revolução, que se
unisse a elle para combaterem os revolucioná-
rios.

Os mencionados corpos logo se apresen-
taraõ como lhe foi Ordenado, e muitos que acre-
ditaraõ a patranha tambem compareceraõ: pre-
sentes os convidados mandou postar grande
numero de força Armada em todos os lados
de Palacio, e dentro deste, e a artilharia afren-
te das Ruas que terminavaõ na mesma praça.

Seguro assim o Tirano começou a man-
dar prender, os Cidadãos relacionados e a
mandalos para os porões das 2 Embarcações
de Guerra Cacique, e Leopoldina: foi pois
nesta que forão recolhidos eu, os Snrs. Joa-
quim Joze Moniz, o ex Commandante das
Armas Clementino Joze Lisboa, o Tenente
Coronel Francisco do Valle Porto; e outros
Cidadãos Officiaes de Patente, e Empregados
de diferentes Repartições, e n'aquellè, o Bri-
gue Cacique, os Snrs. Capitães Joze Fra-
zão, Joaquim Raimundo Corrêa Machado,
Joze Francisco Gonçalves da Silva, Joze
Lopes de Lemos, e outros Cidadãos tãobem
Empregados publicos.

Prezos os revolucionarios, sendo os nomea-
dos os indicados Cabeças da inventada Re-
volução, mandou proceder a Devassa, As an-

gariadas Testemunhas, por elle e Companhia, á vista dos Requerimentos, que os mesmos prezos dirigiram ao Tirano, quaes fiz publicar, conhecerão a trama, nada depozerão contra elles; consequentemente nenhum foi pronunciado e mandou-os por em liberdade no fim de 45 dias. Já a este tempo os nossos Representantes estavam scientes de nossas prizoens, e das loucuras do mencionado despota, e conseguiram do Governo Imperial o mandal-o render.

Vendo-me em liberdade, de commum accordo com os meus Companheiros, eu somente atreguei 19 documentos, e com estes instrui um Requerimento de queixa que dirigii assignado por todos, a S. M. o Imperador que Dignando-se tomar-o em sua Alta Consideração immediatamente o mandou ao Snr. Presidente da Relação para á vista da mesma queixa, o documento mandar proceder a Devassa: commissão que foi encarregada ao Intergerrimo Snr. Dr. Juan Capristano-Raballo, que hoje está constituido Conselheiro e Presidente da mesma Relação, ao qual entreguei mais outros 19 documentos, para juntar a mesma Devassa, ainda mais importantes, inclusive uma exposição que o Tirano anticonstitucional dirigio a S. M. o Imperador pedindo-lhe que fosse menos Constitucional!! Concluiu-se a Devassa e logo foi remettida ao Imperial Governo: o certo he que á vista della foi o Tirano pronunciado, a tempo que havia sido Eleito, pela sua Provincia, Senador. Tentando tomar assento no Senado, neste houveirão oppiniões que lho não devião dar por estar pronunciado, a final obteve daren-lho visto ainda não haver que marcasse a punição de qualquer delicto que os Snrs. Senadores commettessem, e por isso ficou empune; e como a fim ficasse não tardou de ser chamado ao Tribunal Divino a responder pelas tiranias que praticou nesta Provincia, Tribunal onde todos os Tiranos hão-de ir responder, e sofrer penas eternas pois que nos deste Mundo são disso dispensados por mais tiranias que fação.

—NOTA N.º 3.—

As Eleições, e o Snr. Commandante das Armas Manoel de Souza, puzerao o Snr. Figueira de Mello no estado de não prestar attenção ao que lhe expuz no requerimento N.º 1, que aprestar observaria, que nelle de outra couza não tratei se não da praça do escravo: o certo é que advinhei o que S. Exc. queria antes dever o seu proferido despacho, pois que só tratei da mesma praça que em o mesmo despacho ordena trate; por tanto rogo aos Snrs. Leitores que observem com attenção o mesmo requerimento para ficarem certos de que só tratei da praça do dito escravo, e não de questões do Thezouro Provincial, e conhecerão que a respeito desse

nada alleguei; consequentemente injusto foi o sobredito despacho, e mais injusta a reprimenda, que a não acceto, visto que no mesmo a observaraõ transcrita, porquanto no mesmo requerimento não lhe faltei ao devido respeito, e nem delle me queixei: e se alguma couza dice que fosse desagradavel, foi relativa ao Snr. Commandante das Armas Militar que quanto de mal delle dicesse seria pouco pela sua falta de Carater: qual S. Exc. a veria demonstrada em muitas Razões finaes: que segundo me constou forão as que não agradaraõ a S. Exc. por nellas o haver desmascarado, e patentiado a prepotência e despotismos de seu patricio, o ex-Presidente P. J. da C. Barros: despotismos os indicados na nota 2.ª, faltando mencionar que esta Tirania pesou, desde sua infancia, estando em Coimbra: nesta praticou factos horroizantes, e perisso as respectivas Autoridades do local, onde os praticou, vão se obrigados a mandal-o amarrar com um outro que professava seus maos costumes, qual ao seu Governo lhe servio de Ajudante de Orden, e os fizerao conduzir em um carro para um prizaõ: o certo è que por estes unicos motivos não quiz o mesmo Sr. Figueira de Mello cooperar para se por em execução um projecto que todos os seus Antecessores que Governaraõ a Provincia desde 1837, cooperaraõ para ser levado a effeito: e quanto não seria benéfico ter S. Exc., em pregado, em beneficio de seus governados, todos os exforços que tão escandalosamente há empregado para seu partido vencer as Eleições, de que nenhuma gloria lhe podia resultar, quando a utilitaria si os empregasse para ser levado a effeito, no tempo de seu Governo, um Systema de Associação descoberto na Provincia do Maranhão não estabelecido em parte alguma, e ja por a mesma Provincia approvado, e reconhecido que, adoptado poderia fazer prosperidade publica, ao que S. Exc. se não quiz dedicar, no que mostrou não dezejar a prosperidade do Imperio, que a dezejar proferir a promovel, e não se deixaria illudir por um inimigo do Brazil, e de suas Instituições, qual o Snr. Manoel de Souza, principalmente tendo visto em as mencionadas Razões demon-trados seus pecimos serviços e debilidade, a que deveria dar todo o credito, que nenhum deu por arrastado por aquelle inimigo, de quem se constituo intimo amigo o que me faz crer que os motivos de tão má amizade, e os excessos a respeito das Eleições, talvez lhe venhaõ a causar gravissimos desgostos, e mais, o de dentro do Palacio de sua residencia, espancarem um Representante da Nação, e o d'apoiar o roubo do meu escravo e consentir que lhe sentassem praça: procedimentos os primeiros que se tem visto nesta Provincia praticar, e que só se praticaraõ no seu governo, e taes que são impordeaveis, e por isso está S. Exc. em circumstancias de ficar inhabilitado de seguir a brilhante carreira em que se achava.

NOTA AO DOC. N.º 4.

—O Snr. Tenente Coronel Commandante do Corpo de Policia Joaquim Serapião da Serra, foi o instrumento de que se servirão os Srs. Figueira de Mello, e Manoel de Souza. O procedimento destes não o senti por estarem d'accordo a incommodarem-me, porem tenho sentido um pouco o do Snr. Serapião por sempre me haver dado demonstrações d'afeição mas depois da prisão e praça do meu escravo reconheci ser sua afeição pharisaica.

Foi, sem duvida, o meu escravo recrutado positivamente para me incomodar: pôdem todos ficar certos que nenhum incomodo hei sentido porque me dão lugar a ter o divertimento que asseverei a S. Exc. no requerimento N.º 1, de que eu é que me havia divertir com o Snr. Commandante das Armas, e o que a presento realiado.

Quanto se observa allegado no requerimento, documento N.º 3, é exacto, e o que não é o attestado do Snr. Serapião; porquanto quando lhe expuz ser o recrutado meu escravo, não duvidou dizer-me que a não estar na Relação dos recrutados que ia mandar a Presidencia, me mandaria entregar; nesta parte mostrou que era legal o meu dito, e tanto que não exigio prova documentada, que a exigir immediatamente lhe apresentaria; que para não demorar a remessa notaria que era escravo, mas não me dice o como havia compor a nota, e nem eu lhe perguntei, qual foi a seguinte — *Lino Antonio, idade 16 annos, natural desta Provincia, Solteiro, diz ser escravo, mas não prova*— Si o Snr. Serapião me dicesse que havia de por tão falsa nota, immediatamente dirigia-me a S. Exc. aprovar-lhe a escravidão, e mesmo não sabendo lhe perguntei se era preciso ir lhe fallar a respeito, ao que me respondeu não tivesse esse incomodo; eu que nenhuma indisposição tinha com o Snr. Serapião, e nem desconfiava que elle estivesse indisposto comigo, retirei-me muito satisfeito ignorando que o mesmo recruta, no dia antecedente lhe havia provado com o Capitão do seu Corpo o Snr. Profiro Joze da Cunha, Militar probo e honradissimo, e outros que lhe ahi marão ser meu escravo. Certo eu de que, á vista da nota somente de que era escravo, me seria mandado entregar; o certo é que foi, mas sim para que se lhe sentasse praça, como do officio da Presidencia, documento N.º 3 4 si observa. Este jogo, Snr. Serapião, só homens de má fé é que o farião; consequentemente nenhum ataque lhe faço em dizer que quem assim obra não uza de boa fé, e nem deve ser reputado homem probo, e muito menos bom patriota, e que senlo funcionario publico é um muito máo servidor da Nação & c. O Snr. Official maior da Secretaria do Governo João Rufino Marques, dice a S. Exc. e ao seu Ajudante d'Ordens que o recruta Lino era meu escravo, todavia Ordenou-lhe que fizesse de o officio

de remessa ao Snr. Commandante das Armas no sentido que si observa no documento N.º 4. parece que tendo o mesmo recrutado dito a S. Exc. que era meu Escravo, que é o que tão bem dice ao Snr. Serapião, e haver-lhe dito o mesmo Snr. Official maior de sua Secretaria que era, a não me quer incomodar ordenaria que me fosse entregue: nisto provou S. Exc. que me queria incomodar, e mais requerendo-lhe eu para que mandasse entregar, que não mandou, como si observa de seu Despacho documento citado N.º 1.

Já me consta que o mesmo Snr. Serapião, e o seu Superior o Snr. Commandante das Armas, tem dito que o escravo Soldado hade ser libertor a isso lhes respondo que veremos quem lhe hade passar a Carta de Liberdade.

NOTA AO DOC. N.º 5.

Dizendo-se a qualquer pessoa de censo commum, que não tiver visto o contheudo do Officio constante do documento N.º 5 de certo que não acreditará que o Snr. Commandante das Armas Manoel de Souza, que se tem em conta de bom habil Militar, caisse, como caio, tão miseravelmente em subscryver a remessa de um recruta para ter praça, declarando que elle allegou ser meu escravo; mas que tendo-lhe dado tempo para justificar não justificou e nem alguém, o reclamou. Com os documentos transcriptos bem demonstrado está que o mesmo recrutado provou, no dia immediato ao em que foi recrutado, sua escravidão, e eu no 2.º a confirmei, e nenhuma outra prova me foi exigida: consequentemente não foi exacto o dito de falta de prova: o que he sim exacto he que se o recrutado escravo que se lhe mandou sentar praça de Soldado, passasse a substituir no Commando, de certo que não mandaria sentar praça, logo que qualquer recrutado allegasse ser escravo, e de uma pessoa conhecida moradora proximo ao Quartel, e muito principalmente sendo inimigo d'elle, como he o Snr. Manoel de Souza meu Capital inimigo; e isto porque? Por em minhas Razões Finaes apparecer dito que o Snr. Pinto de Magalhães pela sua falta de caracter era um Ente nullo, que merecia lhe atirassem com Lama a Cara, que lhe rapassem a Cabeça com um tijolo em braço; e que eu em dous e meios dias, depois de appostado fiz mais serviço á Provincia com a pena, do que o Snr. Magalhães lhe ha feito con a sua Espada, qual nunca a desembainhou para a defender, tendo estado em grandes riscos por vezes; e ter mais manifestado ser o cauzador do Almirante Cockrane sacar quanto dinheiro havia nos Cofres Nacionais, e o dos particulares dos Portuguezes; de serem prezos no dia 6 de Abril de 1823, sette Cidadãos, sendo 3 Brigadeiros, 1 Coronel, que hoje he seu Cunhado, uma Dignidade da Cathedral, 1 Presidente da primeira Camara Constitucional, e o Procurador desta, dos qua-

es forão deportados para Lisboa, 3 em 12 do mesmo Abril, e 3 d'alli a 15 dias, não sendo deportado o Snr. Brigadeiro Falcão, por adecer gravemente, e logo falecer: alem destes immediatamente forão também deportados para Portugal mais de 400 praças de Officiaes e Soldados do seu Commando; despotismos que a infame Junta do Governo Provisorio praticou, e tudo aconteceu, porque o Snr. Magalhães, não quiz cooperar nesta Capital para se proclamar a Independencia, que os mesmos 7 Cidadãos, e outros, inclusive todos os Snrs. Officiaes e Soldados do seu Commando, desejavão fosse esta Provincia a 3.ª do Imperio que a proclamasse; logo que souberão a havião proclamado na Corte do Rio de Janeiro, e Provincia da Bahia: deijos tão notorios, que o mesmo Governo, para que a não proclamassem, immediatamente o mandou com a mencionada Tropa para Caxias, por ser a que estava disposta a cooperar para que se proclamasse, a titulo d'alli si oppor aos Rebeldes do Piahy e Ceará de que havia suspeita vinhaõ attacar a Provincia, sendo depois de sua saída, que o mesmo Governo, com os dos seus sentimentos começarão a organizar o plano do como havião ser prezos e deportados para Portugal os mesmos 7 Cidadãos: qual poseraõ em execucao no dia 6 de Abril, e para isso formarão um Termo de declaracao, que 268 individuos, sendo a maioria do Commercio de diferentes Classes, o assignarão, em que pedião ao mesmo Governo a mesma prisão e deportamento.

Já ao tempo das mencionadas prizoens estava o Snr. Magalhães com a sua Tropa em Caxias, onde o Benemerito Portuguez o Colonel João Bento de Brito, em gratidão ao Brazil, sciente de que na Capital pertenderão proclamar a Independencia, tendo-se entendido com os Officiaes da mesma Tropa, o convocou para alli a proclamar, e para isso declarou-lhe que contasse com a sua fortuna disponível para pagamento dos Soldos de toda a Tropa athe chegar a Capital, para nesta também a proclamar, convite a que oão quiz annuir, desculpendo-se com a sua honra Militar; desculpa que não deu ao seu protector General Silveira quando lhe mandou, em 6 de Abril de 1821, que fosse proclamar a Constituição Portugueza no Quartel, e que seduzisse os Officiaes para assignarem hum Representação que lhe entregou, em que pedião para elle continuar no Governo, como continuou, e o que conseguiu com as trapacas, e tranças que ordiu com os malvados que lhes convinha que elle continuasse a Governar a Provincia, mesmo contra as disposicoens da Constituição, e isto por ser obra de Portugal, e o que nãocera a Independencia do Brasil, que elle odeia, e os do seus sentimentos, onde estes havião feito a sua felescidade, e mais que todos o mesmo Snr. Magalhães que nada possuia, alem do soldo de sua patente: cuja fortuna lhe entregou uma Senr.ª Brasileira, que teve o desvario d'o receber por Espozo, sendo irmã de um dos 7 mencionados prezos deponados, e que elle cooperou para

a sua perseguição e dos mais; e por ella tal cazamento fazer não quiz mais voltar a sua Patria: he pois este o Snr. Coronel e Commendador Honorio Joze Teixeira, que seus Patricios nascidos á 30 annos não conhecem, e que eu lhes assevero ser o unico Brasileiro que gastou uma grande parte de sua fortuna, igual a com que sua irmã felicitou o mesmo Snr. Magalhães, com os seus Patricios para sustentarem a Constituição, e se proclamara Independencia, sendo eu um de seus Companheiros, e que ambos, e o Brigadeiro Palmeirim forão os primeiros deportados, e tanto este, como elle forão os que não regresaraõ á Provincia que pertenciaõ; o certo é que nenhuma remuneração teve, sendo aliás hum Brasileiro de Nobre Educacao, que si o nemessem, para qualquer dos Altos Empregos da Nação mui bem os havia desempenhar: porem he tão desafortunado, que nem mesmo os seus Patricios se tem lembrado de o nomear Deputado, e nem a nenhum dos Snrs. Adoptivos, quando se tem lembrado de nomear a filhos de outras Provincias; nomeaçoes que entendo tem todo o lugar que recaião nos que aqui estiverem estabelecidos e cazados; porque este não daexarão de sollicitar os enteresses da Provincia onde tem sua fortuna e Familia, e tãotem podião os Snrs. Maranhenses votar em outro qualquer das mesmas Provincias se nestas se lembrassem de nomear algum dos Snrs. Maranhenses que é o que ainda nenhuma tem feito, o que lhes deve servir de Governo, e porisso entendo que não devem nomear se não os que já mencionei.

Snr. Impressor.

—Tendo-lhe entregado, em principio de Março ultimo, os documentos, e notas respectivas, relativas ao meu escravo, que as Authoridades mandaraõ recrutar e sentar-lhe praça no Batalhaõ 5.º de Fusileiros, para compor e imprimir delaixo do titulo—A CONSTITUIÇÃO ASSASSINADA,—trabalhos que ainda V. Mc. não pôde ultimar; e porisso tem lugar, em continuacao das notas, compor e imprimir o que me tem ocorrido depois das noticias da não esperada mudança do Ministerio, do Snr. Dr. Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, eda aparição de hum Representação, que nos priodicos do partido do mesmo Snr. já firmada por 630 Cidadãos, que neconsta continuão os seus partidistas a sollicitar maior numero d'assignaturas, para dirigirem a S. M. o IMPERADOR, em q' lhe affirmão que o Snr. Figueira foi hum habil Administrador da Provincia, mui justo, recto e imparcial, em todo o tempo de sua Administração; Representação que eu tãotem assignaria, e promoveria o augmento d'assignaturas si o Snr. Advogado que a dictou asseverasse que assim Administrou em quanto se não declarou partidistas dos que firmaraõ a mesma Representação: mas

não desde então até ao fim de seu Governo; tempo em que todos os Habitantes da Capital observarão actos escandalozissimos nunca praticados em todo o Imperio, e talvez em nenhum outro dos mais Imperios.

Eu, hum das victimas, que não consta haver dado motivo algũ para que o Snr. Figueira se conspirasse contra mim, como se conspirou, já mandando sentar praça ao meu Escravo, já dando lugar a fazerem-me Sequestros injustos para pagar a divida que outro he devedor, como observarão no requerimento N.º 2. mencionado o originario devedor, e já Officiando á Camara, até nas ente-vesporas do dia que foi substituido pelo Exm. Snr. Dezembargador Manoel Bernardino Vice-Presidente, para que o informasse se eu já tinha mandado entulhar uns dous covões, que, com licença da mesma Camara havia feito em duas ruas, (de 5, que estabeleci em meus proprios Terrenos, quaes offereci a mesma Camara, para commodidade do publico gratuitamente; Offerta que excede a 8:000 \$rs., segundo o preço porque vendia Fazenda Nacional o Terreno em que está constiuida a Caza Punitenciaria) cujo entulho havia convencionado, com a mesma Camara, mandal-o fazer até ao fim deste anno; e porque fosse avisado, pela mesma Camara, da ultima exigencia do Snr. Figueira, immediatamente mandei entulhar o mais pequeno Covão, trabalho que se fez em tres dias, e da hi a dous foi rendido, e eu livre de tão acerrimo inimigo; assim como tenho sido de quantos tem cooperado para me incommodarem, restando o Sr. Manoel de Souza que não tardará que lhe aconteça o mesmo, e talvez, mais alguma couza.

Quatro Sequestros se me tem feito, sendo um em 7 Escravos para pagamento de 2:000 \$rs. e 3 para pagamento de pouco mais de 89 \$ 813 rs. que destes sò me pertencerião despende oito mil reis se fosse avisado, como de vera ser, para o mandar fazer, como me obriguei, e que se não fez por o outro arrematante não ter concluido os canos interiores, por um aterro de hum cano que aquelle pertencia ultimar dos 2/3 da Obra da caza punitenciaria, de maneira que ao ultimo Sequestro nomei o Escravo Soldado: cujo Depositario não duvidou assignar o deposito porque o conhecia, e o tem seguro no Quartel.

Os Snrs. assignantes da não exacta Representação mencionada, já mais poderão contestar quanto acabo de indicar, e nem que no dia 24 de Fevereiro ultimo, não foi espancado, dentro das Sallas do Palacio do Governo, o Nobre Snr. Deputado Geral Dr. Manoel Jan-sen Pereira, como hei demonstrado nos citados documentos. Também não poderão contestar que o Sr. Figueira não dimittiu ao probro Capitão do Corpo de Policia, o Sr. Profiro Joze da Cunha, Militar que tem prestado á Provincia os serviços que observarão notados no requerimento N.º 2: e alem deste outros Empregados publicos, que forão dimittidos por não seguirem o partido do Snr. Figueira; notem os

Srs. Leitores, que quando este Snr. tanto me perseguio, não tendo eu cooperado para nenhum dos partidos, como não será certo o elle ter perseguido os Membros do partido Ben-tevi, quaes os que tem publicado o Correio Maranhense? He certo e mais que certo, e tudo se fosse necessario se provaria.

A iada quando o Snr. Figueira tanto não consentisse que se obriasse no seu Governo, estava já desconceituado pela maioria dos Habitantes da Provincia por se haver ligado a hum só partido, quando se devia ligar a ambos, e esforçar se para os unir, união que qualquer Snr. Presidente, que dezejar a prosperidade da Provincia podia conseguir verificada, sendo conservado no Governo, pelo menos, tres annos.

Ora os factos indicados são bem notorios aos Snrs. assignantes, que se praticarão no Governo do Snr. Figueira, e alem destes os que se tem publicado no Correio Maranhense; e como tiverão os Snrs. a ousadia d'asse- verar, sem prova legal, a S. M. o Imperador, que o Snr. Figueira, foi como já dice, *hum abil, justo, recto, e imparcial Administrador em todo o tempo que Administrou a Procu- cia*? Consequentemente eu, como uma das vic-timas, também ouzo dizer por mim, e por mais de 5 mil almas desafortunadas de ambos os sexos, de que me constituiu seu Advogado, que não são Cabanos e nem Bemteviz, que o Snr. Figueira foi *inhabil, injusto, parcial, vingativo, não recto; e foi sem duvida muito máo Administrador, desde que tomou parte em um partido para destruir, com a sua Authoridade o que lhe era oposto; como já dice, parte que deve- ria tomar em ambos para os unir em harmonia.* e o que os Snrs. Assignantes tão bem não podem con- testar á vista dos factos praticados comigo, quaes os constantes dos citados Documentos com que os provo a S. M. o Imperador na representação que, observarão abaixo desta. União que tão bem se pode conseguir por o meio do systema d'Associação Geral, qual mu- ito tive em vistas por ser um dos meios d' ella mais, e mais prosperar, e o que bem hei demonstrado, e ao que a Assembleia Legislativa Provincial de 1842, não prestou a devi- da attenção, talvez por lhe pedir a jo- ia Pinto de Souza (que o Snr. Redactor da Revista, no n.º 227, eleva eminente- mente a sua honradez, justificando-a com o ter servido na guerra da Península, e na de Montevideo, em que exerceo o arriscado posto de Ajudante de Campo;) de Campo é o que se dovida; informe-se bem o Snr. Redactor, que lhe dirão foi do de sallas de Bai- les em que elle nunca se mostrou covarde, guerras em que desde 1819, que a qui apa- receu, tendo 25 a 30 annos, sempre nellas guerreiou com muita corage, e tanto que nunca se vio nas mesmas Sallas de cabeça amarrada, como costuma a amarrar quando lhe conta que o po- dem fazer sahir do quartel dos fracos: cujas sal- las deixou de frequentar logo que pescou o dourado peixe, pescado com a inocente isca de outros também dourados peixes.

Talvez que o Sr. Redactor da Revista, e os seus consócios representantes se conspiram contra o Advogado da humanidade; porém este se satisfaz que a sua constituinte se não conspire, que he a quem mais deseja agradar, e em consequência ja conto que o Snr. dito Redactor não me deixará impune, e nem eu tão-bem o deixarei de punir si a isso me der lugar.

Antes da aparição, da mencionada Representação, ignorava-se a que partido pertencia a maior parte dos que affirmarão, e principalmente os Cidadãos Brasileiros Adoptivos, e Extrangeiros Portuguezes, e até mesmo os Nacionais: elles mesmos se declararão, e eu declaro, quanto a os Snrs. Brasileiros Nacionais, que podem seguir qualquer partido que lhe convenha; e que cada um se deslacre, como se tem deslacrado os actuaes dous partidos; e para que? Para cada um conseguir os differentes Empregos, e a comodarem os seus mais amados sectario; e porisso podem assignar Representações exactas, e não exactas; porque todos elles bem si entendem.

Quanto a os Cidadãos Adoptivos e Extrangeiros, digo, que devem ter em vista somente o tratarem de seus Negocios em quanto os Snrs. Brasileiros desta Provincia estiverem com os olhos fechados; pois que em os abrindo, nem mesmo alhos, Sebollas e Tamancos poderão vender: porque estes elles, os fabricarão e plantarão as mesmas Sebollas e alhos, visto que o Paiz é susceptível de produzir tudo quanto se plantar e semear, e o que tenho observado.

Todos os Snrs. Adoptivos são angariados em tempo d'Eleições, por ambos os partidos para votarem nas suas chapas sem que elles nelas contemplem a 3 Legislaturas, um só Adoptivo para Camarista, e nem ao menos Deputado Provincial, tendo elles o mesmo direito de serem Eleitos, isto bastava, Snrs. Adoptivos, para nenhum se involver na politica dos Snrs. Brasileiros Nacionais, nem assignar lhes Representações exactas e não exactas, como a que recentemente assignarão, que eu só provo a falta de sua exactidão, falta com que mais provarão o mau Governo do seu protegido, que ouzaráo afirmar a S. M. Imperial ser um muito abil Administrador; com cuja assignatura quizerão os Snrs. Adoptivos, e Extrangeiros ficar reconhecidos por uns refinados Cabanos, e por conseguinte não deixarão, os Snrs. Bentevis de os considerarem seus inimigos, que por taes os não considerariao se cada um tratasse de seus negocios em quanto disso não fossem privados. Não pensem os Snrs. que o Bando de Benteviz é pequeno; e para que se capacitem que é numerozo, passo a ter o incommodo de mostrar-lhe quantos tem d'os odejar, e quantos Snrs. Cabanos tem para os acarinharem e afagar nas épocas das Eleições, e quando precisarem de alguma assignatura para elogiar os Tirannos de sua Patria.

11:244 Almas livres, de ambos os sexos, tem, segundo minha Estatística, esta Capital;

5:581 do genero masculino, e 5:665 do feminino. Do masculino tem 2:728 Almas Brancas Solteiras, 793 Cazadas, e Viuvvas 170; e mescladas 1:625 Solteiras, 207 Cazadas, e 58 Viuvvas. Destas e aquellas orço que só 3:721 terão direito de votarem nas Eleições primarias.

O partido Cabano apresenta um assignado de 630 a favor do Snr. Figueira, e poderá conseguir athe 800 pessoas, inclusive talvez mais de 500 dos Snrs. Adoptivos e Extrangeiros, dous tertos "332" terão votos; consequentemente reduzo o assignado a 464 Cidadãos que tem votos; segundo minhas observações só poderá ter o mesmo partido das duas Classes Branca, e mesclada 436 votantes; segue se que só pode ter a favor do mesmo Snr. Figueira 900 votos; por conseguinte vem a ter o partido Bembevi 2:821, ainda mais de 2/3!!!

Entendo portanto que ainda mesmo sendo o Snr. Figueira aquelle mesmo que pintaraõ; sciente S. M. o Imperador, que 2/3 da população da Capital não estava satisfeito com o Governo do mesmo Snr. Figueira; não deixaria de o mandar retirar, como foi servido Mandar; e quando não tivesse, e lhe apparecesse hum assignado de 900 pessoas abonando o Governo do Snr. Figueira, e 2:821 desabonando-o, tão-bem não deixaria d'attender a maioria, a mesma que sempre mal dirá o mau Governo do Snr. Figueira, e que foi, eu só o provo com os citados documentos.

Já se me tem dito que o partido bembevi vêce as Eleições; si assim acontecer, talvez elle capruxe em promover a prosperidade da Provincia, e que tente unir-se ao partido que se lhe tem opposto, se tal tentar, obrará nobremente; e eu muito estimaria que os Snrs. Cabanos não desprezassem o convite, que creio não o desprezarão, e o que Deos assim primaria; pois que só assim é que terminarão as misérias que muitos poderosos estão exprimentando. Ora si estes estão nestes estado, como não estarei eu, os que estão nas minhas circumstancias, e os desafortunados? Sem duvida no ultimo apuro de miseria. E' tão verdade isto, que ousou dizer appareça alguem que me conteste que a Provincia não está no estado que affirmo está.

Concluo portanto minhas justas e provadas queixas transcrevendo em ultima repetição a cobarde e miseravel declaração, que o Snr. Manoel de Souza, sendo Coronel, fez em 22 de Agosto de 1842, em a 1.^a, e ultima Sessão da Junta Directoria da Sociedade Gerarchica Parahense, composta de 9 Membros Directores, presedida pelo Exm. Governo, que os convocou para dar execução a hum projecto que se achava approvado por toda a Provincia e athe mesmo pelo dito Snr. Manoel de Souza, um dos Directores constituídos por 300 distinctos Cidadãos da maior graduacão, Sabedoria e possibilidades existentes nesta Capital. Eleitos pelo Exm. Governo, e mais 10 Cidadãos por

elle escolhidos d'entre o Quadro que lhe apresentei, constante de 400 Cidadãos possuidores das qualidades mencionadas: foi pois na mesma Junta, depois que lhe contestei suas sinistras, e extemporaneas observações, que elle teve a fraqueza d'assim se pronunciar— *Não duvido da utilidade que offerece o projecto; porem acho que é inexecuvel, e de mais que muitos Cidadãos havião firmado sua approvação por condescendencia, e que elle era um delles que o havia approvado por lhe ter pedido o Exm. Snr. ex Presidente Luiz Alves de Lima, hoje Barão de Caxias, e Grande do Imperio!!!*—Declaração para mim tão satisfatoria, que assentei a não devia contestar; e tanto nojo causou ao Exm. Snr. Presidente que immediatamente deu a Sessão por acabada, e eu comecei a organizar as mencionadas Razoens Finaes, onde o aprezo mui bem desmascarado, e não menos na prezente folha, onde repito em resumo algumas couzas nas mesmas Razoens allegadas.

A' vista pois de tão fraca declaração é de crer que os mesmos seus amigos, que a observarem, bastante injoados fiquem, vendo que hum Militar, já tão graduado e condecorado, com onras, segundo os serviços que á prestado á Provincia, que as não merecia, e mais por ser possuidor de uma condesiravel fortuna, tivesse a fraqueza de tal declaração fazer; e porque assim a fez? Por ser mui cobarde, e assentar que em nada leve concorrer para que a mesma Provincia que o felicitou, não possa prosperar, e tanto que para isso nunca quiz cooperar, como bem hei demonstrado nas mesmas Razões.

Confesso que sou mui obrigado a todos os Nobres Cidadãos Nacionaes Maranhenses; porque sempre me tem dado demonstraões, não só de estima, como de que reconhecem que muito ambiciono a prosperidade de sua Patria, qual desde 1793 a adoptei por minha, e muito mais me devo considerar obrigado aos seis Snrs. ex Presidentes que Governarão esta Provincia, desde 1836 até 22 de Janeiro de 1843, e não menos os Snrs. Coroneis Francisco Joze Martins, e Joze Thomaz Henriques, todos Nacionaes de outras Provincias; e os que muito apreciarão os meus trabalhos, sendo os mesmos seis Snrs. os unicos que muito cooperarão para serem levados a effeito, e ultimamente á Nobre Assembleia Legislativa Provincial, que denominão Bemtevi; sendo certo que alguns outros das mesmas Provincias me tem feito a onra de procurar para me conhecerem, em consequencia de terem observado meus toscos escriptos.

Quanto aos Snrs. Cidadãos Adoptivos, principalmente os do Commercio das differentes Classes, com mui poucas excepções, em nada lhe sou obrigado por terem sempre, desde 1821, cooperado para as perseguições que hei patentiado, e para eu ter paralisado o meu Estabelecimento, que d'ante, como já dice, reconhecião por o melhor de beneficiar Arroz que havia nesta Cidade, qual abandonei por assentar não devia sugerir-me a agradar pes-

soas que tanto mal me desejavão, sem que eu os tivesse escandalizado, e o que sem duvida praticarão para condescenderem com o Chefe do Commercio Portuguez, unico inimigo que se havia conspirado contra mim, desde 1819, por cauza de quanto tenho projectado, por conhecer que lhe tolhia os seus interesses particulares que os havia com leção inormissima dos Habitantes desta Capital; motivo porque, desde então, comecei a Advogar, não só por mim, como por os mais prejudicados, sendo o mesmo, que em quanto aqui existio, e na falta delles o seu Socio, que os arrastou a subscrever quanto me podesse prejudicar, e aos que nessa parte me coadjuvarão; todavia, assim mesmo offendido, nunca lhes dei demonstraões de queavia agravado, e tanto que com elles falava, e fallo todas as vezes que se offerecia occasião: nestas menas, quando se cedia encontrar-me com 2 ou 3, e que um destes me não conhecia, quando delles me se parava, perguntavão-lhe quem eu era, respondião, é um Republicano, e o maior revolucionario que tem esta Cidade, e inimigo dos Portuguezes: eis o que tenho sabido, e que hei repetido a alguns que assim me tem indicado, e o que não negão, afirmando-me que assim me annuncião, desde que cooperei para se proclamar a Independencia; porem que elles tal não dizião. Qual será a criatura, que tenha um pouco de censo commum, que saiba ler letra redonda, e que tenha lido meus escriptos, que me julgue Revolucionario e Republicano? Nenhum haverá que por tal me concidere, porque n'elles observam os constantes, e notaveis esforços que tenho feito para descobrir faceis meios de todos prosperarem, e poderem viver em união, que é o 4.º fim de meu projecto; que adoptado não deixará de se conseguir, e facil tambem seria o ficarem os Snrs. Portuguezes, senhores de todo o Commercio, como erão antes de serem os Portos francos aos Estrangeiros; ideias que me não conveio publicar em o projecto, quaes declarando-as a algumas pessoas de sabedoria as apoiarão e dicarão que muito convinha a Agricultura do Paiz, e que só por meio d'Associação Geral se podia conseguir.

Já declarei que me não tenho pronunciado a favor, e nem contra o progresso dos mesmos partidos: hoje á vista do que tenho exposto, hade o partido Cubano classificar-me um exaltado Bemtevi: aos que por tal me considerarem assevero-lhes que em tudo que lhe poder prestar heide-me exorçar para que elle seja eterno se cooperar para que a Provincia prospere, e que não haja mais de que um só partido, e se os seus representantes disso não tratarem, e se empregarem em promover seus interesses particulares, e em vinganças, devem todos os seus Constituintes abandonalos para sempre, que é de esperar os não abandonem se a nova Assembleia Legislativa Provincial acabar a obra que a sua Antecessora começou; obra que se a realisar de certo que eternamente será lembrada do prezente, e factura Geração; Gloria que lhe caberá.

Tem-se tido o partido Bemtevi por desordeiro, e o Cabano por ordeiro; e tu concidero ambos ordeiros, e desordeiros: ordeiros porque nem um, e nem outro é contra as Instituições do Imperio; e desordeiros porque ambos querem a mesma couza, que é serem Deputados Geraes, Provincias, Eleitores, Veriadores, Procuradores da Camara, Juizes de Paz, Fiscaes &c. E é pois por estes empregos que ambos se tem deslecerado, e de que só tem tratado os respectivos priodicos, e nada a respeito de melhorar o mau estado em que se acha a Provincia, sendo eu o unico que me tenho occupado nisso, e no que já a Assembleia Legislativa Provincial Bemtevi, em a Sessão ultima, principiou, a coadjuvar-me; a mesma que é de esperar continue, se a nova Eleita tiver a maioria dos mesmos Membros, visto que os da passada deraõ. A vista da Supplicca que lhe dirigi com as Razoens finaes, que a ella juntei, de que dei a cada um dos Nobres Srs. Deputados um exemplar de ambas as pegas, todas as demonstrações de que dezejavão a prosperidade da Provincia, e tanto que Decretarão a Lei do Banco Commercial, e com tanta satisfação que, finda a Sessão, encontrando-me na Salla da Secretaria, foi o primeiro a abraçar-me o Exm. Sr. Presidente, e depois todos os Srs. Deputados, dando-me todas as demonstrações de estimo, e de que muito apreciavão o interesse que eu havia tomado pelo bem de seus constituintes, assegurando-me que tudo quanto em beneficio delles lles requeresse, estavam promptos a Decretar.

Eis o que não fizeram os Srs. Deputados Cabanos da Legislatura de 1842, havendo-lhe eu feito as mesmas supplicas sem que ferisse a nenhum delles; o que não aconteceu aos Srs. Bemtevis da de 1843, que ferí alguns directa, e indirectamente, nas mesmas Razoens Finaes, não sendo nenhum destes Srs. Membros da Junta Directoria, sendo muy poucos d'Assamblea da Sociedade, e a maioria Cabana; verdade é que, a mesma Assembleia destes, deliberou fosse minha supplica commettida a respectiva Commissão; porem o Nobre Sr. Deputado F. Sotero dos Reis, um dos Directores Supplentes e Membro da mesma Assembleia da Sociedade, requereu que ficasse adiada, e assim ficou até agora: o certo é que em 1838, sendo o mesmo Sr. Sotero Deputado, elle e todos os mais Srs. d'Assamblea, quasi todos Cabanos, firmarão a approvação do projecto; approvação a destes, a da Camara Municipal, a do Exm. Governo, e a de todos os Cidadãos da maior graduacão, sabedoria e possibillidades, foi a que me deu forças para o pôr em estado, como puz, de ser decretada pela Assembleia da Sociedade, como Decretou, a sua execucao, que a não tem tido pelos motivos que tenho manifestado; que antes dos mesmos motivos se lhe teria dado, si o mesmo Sr. Sotero, Redactor da Revista, e seus Collegas Redactores esclarecessem nas suas folhas ao publico a utilidade que lhe offerecia o projecto, e o animasse, dispondo-o para contribuir,

e o que só era necessario para as pessoas illuminadas; pois que a muitas d'ellas não dirigi circulars e nem o projecto, incommodo que nenhum dos mesmos Srs. Redactores quiz ter, sem duvida porque nas suas folhas não lhes sobrava lugar para tractarem de utilidade geral, tendo-os somente para eleições em que se atacavão desapiadadamente os partidos uns a os outros, e a indisporem-se cada vez mais; elles nesta luta, e eu somente a trabalhar constantemente, de dia e de noite, ea fazer consideraveis, despesas desde 1833, entrando nestas a que em 1842 satisfiz ao sobredito Sr. Sotero, que excederão a oitenta mil reis, por 24 correspondencias que lhe pedi inscrisse em sua folha para serem mais extensivas, e com quaes os cauzadores de no dito anno a Junta Directoria não dar execucao ao projecto, e por que se recusasse de inscricorrespondencias as que não podião ser agradaveis ao seu Amigo Mancel de Souza, que é o sobredito Comandante das Armas, assentei em fornecer Razoens finaes nenejonadas, onde apparecem os que as possuim; obteverão as vantagens que offerece o Systema da projectada Sociedade, e o que mais a ellas addiciona para obsequiar o mesmo Sr. Souza.

E qual o fructo que tenho tirado de tantos incommodos e despesas? O das Authoridades Cabanas, a da Presidencia, a da Comandancia das Armas, e a da Policia, mandarem recrutar-me um escravo, e sentar-lhe puaça em 13 de Janeiro ultimo: o requestarem-me 11 Escravos por cinco vezes, para me fazerem pagar mais avantejadas custas, objectos que já tenho provado me não compete pagar a multa em que me involverão, porque antes do prazo ajustado dei o meu terso de obra por acabado, e tanto que o Exm. Governo me deu satisfazer-me o restante pagamento, não obstante a falta de 1/3 do desateno de 1 parte da mesma Casa Penitenciaria, que o não podia mandar fazer sem que primeiro o arrematante dos 2/3 ultimasse as respectivas obras, que as não ultimou, sendo por isso que só a elle compete pagar a multa de 4:000 \$ 000 reis, que as mesmas Authoridades me estão demandando para pagar a metade, tanto da mesma multa, como de 1:226 \$ 430 reis que tanto dependeo o Thesouro no acabamento das obras que o mesmo arrematante deixou de apromptar: quantias que tambem tenho provado que o mais que deverei pagar serão 2:133 reis do terso do terraplenamento do mesmo pateo, lugar que estava destinado para nelle fazer construir o dito arrematante dos dous tersos um pogo: no entretanto estou desapossado dos mencionados 11 Escravos, e sujeito a pagar as custas, quaes o Thesouro, por Lei Divina, é que as deve pagar, e para isso desde já protesto levar ao conhecimento dos Altos Poderes, Legislativo e Executivo, um taõ calvo despotismo, promovido pelo Sr. Figueira & Companhia Cabana, a mesma que só me tem incommodado, e aqual desafio para que prove, que quanto tenho indicado não é verdade. Estou satisfe-

e basta de cansar-me. Maranhão 26 de
Fevereiro de 1844.—Sou Smt. Impressor

Seu attento Venerador.

Manoel Joze de Medeiros.

— REPRESENTAÇÃO —

*Que a S. M. o Imperador, dirige Manoel
Joze de Medeiros.*

SENHOR.

Manoel Joze de Medeiros, fiel Subdito de V. M. I. e Constitucional, habitante na Capital da Provincia do Maranhão, já teve a ousadia de levar á Augusta Presença de V. M. I. por intermedio do Exm. Ministro Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, hum volume contendo tres projectos, que tem por fim baixar os excessivos preços dos generos de primeira necessidade; principalmente dos que absolutamente se não podem dispensar, que são Carne e farinha de mandioca; a criação de um Banco Commercial Geral na mesma Capital, e hum outro filial em cada Comarca da Provincia; a amortização das Notas, moeda papel, e a união de todos os Habitantes da mesma Provincia, e o que tudo entendeo o Supplicante poder-se conseguir por meio de uma Sociedade Geral em que todas as pessoas livres de ambos os sexos, incluzive as recém nascidas, podião ser Accionistas do mesmo Banco, por si, e pelos seus escravos, contribuindo com 24\$000 reis cada chefe de familia, e por pessoa livre que he obrigado a sustentar; quantia que terá de entrar, no Banco Geral, dentro de dois annos, uns, os mais poderosos, em 6 prestações mensaes de 4:000 reis; os menos poderosos, Empregados publicos de todas as classes, Artistas, e Mestres de officios Mecanicos, em 12 prestações de 2:000 reis, e todos os mais em 24 prestações de 1:000 reis por mez, inclusive Officiaes Inferiores e Soldados dos differentes Corpos de 1.^a Linha. Os possuidores de Escravos na Capital a 9:000 reis em 24 prestações a 375 reis por mez, e no Interior da Provincia a 6:000 reis, em prestações de 250 reis mensalmente.

A Provincia contem, 2.^o a Estatistica que o Supplicante pôde conseguir com grande trabalho e despezas, qual a que juntou ao mesmo Volume, 105:149 Almas livres; e 111:905 captivas, que bem podem contribuir com 3:237:987\$ reis, quaes os Accionistas podem economizar no 1.^o anno, e muito mais continuarão a economizar em todos os mais annos.

Eis, Imperial Senhor, uma Contribuição que não é sensivel a nenhum dos contribuintes, e que nenhum destes deve escusar-se de a fazer effectiva por ser toda em seu

proprio beneficio; beneficio que só o Brigadeiro Graduado Comandante das Armas Manoel de Souza Pinto de Magalhães, o não quer perceber, e porisso é o cauzador de já não estar posto em execução um projecto approved tão solememente, como está, por toda a Provincia, desde 1842, motivo porque o Supplicante neste anno parou o seu progresso, e começou, desde então a formar as Razoes Finaes, quaes, as que por intermedio do mesmo Exm. Ministro Secretario d'Estado dos negocios do Imperio, ousa offerecer a V. M. I. no incluzo Volume, com alguns documentos, em que prova o mau Character de um Militar, que também foi cauzador de se não proclamar a Independencia nesta Provincia, que o Augusto Pay de V. Magestade Imperial, que DEOS tenha em Gloria, foi o primeiro que a Proclamou, e que os bons Brasileiros e Portuguezes desta Provincia tentaram proclamar, logo que souberão estava proclamada no Rio de Janeiro e Bahia, do que resultou apparecer neste porto o Almirante Cockrane, que a fez proclamar; e como proclamador apossou se dos dinheiros dos Cofres Nacionaes, e do de muitos Portuguezes; prejuizos devidos ao mesmo Brigadeiro, que então era Coronel, porque este nem aqui, e nem na Villa de Caxias quiz cooperar para se proclamar; cooperação que si a tivesse prestado não ficaria a mesma Fazenda e Portuguezes prejudicados, e nem estes serião, como forão ao depois, massacrados, e nem serião prezos e deportados, como forão para Portugal, 3 Brigadeiros, um Coronel, huma Dignidade da Cathedral, o Presidente da Camara, o Procurador desta, que era o Supplicante, e que foi o primeiro deportado com o Brigadeiro Inspector das Tropas, e o dito Coronel, e os unicos recommendados ao Governo de Portugal para os não deixar voltar para a Provincia; por serem estes, e os mais prezos acauzados de que forão os que tentarão proclamar a mesma Independencia, e foi tão bem a cauza de serem deportados mais de 400 pragas do seu Commando, que se retirou com ellas, da mesma Villa de Caxias, para as vir sacrificar; acontecimentos que se achão minuciosamente allegados nas mencionadas Razões.

Tem sido pois, Imperial Senhor, o prestimo do mesmo actual Commandante das Armas, e nenhuns outros servicos de concidração ha feito a Provincia; mas mesmo por os assim prestados está graduado Brigadeiro e Commaddante das Armas, e gratificado com differentes Medalhas, que talvez alguns que tenham prestado relevantes servicos ao Imperio não estejam tão bem remunerados.

Vendo o Supplicante approved por esta Provincia quanto havia projectado, entendeu que devia demonstrar em suas Razoes, com mais clareza, os interesses que afferecia o projecto, e os meios facéis de fazer-se a arrecadação das Acções de Contribuição, e de se por em execução, não só nesta Provincia, como em todas as mais do Imperio, segundo suas circunstancias e necessidades: cujos meios são os demons

trados nas mesmas Razões, desde fl. 1 até fl. 20.

A fl. 2, apresenta o Supplicante, e, no resumo de sua Estatística, a importância da mencionada contribuição.

A fl. 5, o como a Sociedade pode contar annualmente com um rendimento certo de 165:656 § 285 reis, e com o economisarem os seus Membros 19 1/2 por 0/0, que montão em 201:893 § 365 reis.

A fl. 8, conta de Orçamento N.º 1, demonstra a arrecadação que se pôde fazer em os primeiros 6 mezes, e qual deve ser o seu emprego para serem fornecidos os Membros da Sociedade, e com quanto pôde o Banco começar o seu giro Commercial.

A fl. 9, Nas contas debaixo de N.º 2, mostra quanto a Sociedade lucra em o 1.º e 2.º anno, pagando os Membros della o arratel de carne verde a 80 reis, que a 8 annos, 2.º o termo medio, tem pago a 160 reis, e o alqueire de farinha a 1:000 reis, que nos mesmos annos o tem pago a 2:700 reis.

A dita 2.ª 9, conta N.º 3, mostra que pôdem ser, os mesmos Membros, fornecidos, custando o mesmo arratel de carne a 60 rs. e o alqueire de farinha os mesmos 1:100 rs.

A fl 10, conta N.º 4, mostra que os mesmos Membros podião ter a Carne a 20 rs. o arratel, eo alqueire de farinha a 320 rs; prego porque ainda não convem a Sociedade vender lhez; e sim a 40 rs. o arratel de Carne, ea farinha pelos mesmos 1:100 rs, eo que tem lugar no 4.,º 5.,º 6.,º 7.,º e 8.,º annos.

A fl 11, conta N.º 5, mostra que no fim do 2.º anno pôde a Assembleia Geral da Sociedade applicar 635:474 § 040 rs. para a amortisação das Notas, moeda papel, que he quanto terá a Provincia em circulação.

A fl 12, no Haver da mesma conta N.º 5, mostra poder o Banco Geral fornecer no fim do 4.º anno os Bancos filiaes das Comarcas do Interior com 575:672 § 491 rs., para estes começarem a fornecer os socios habitantes nas Cidades, e Villas das mesmas Comarcas.

A fl 14, conta N.º 6, demonstra figurão que cada Membro da Sociedade da Capital, pôde ter gratuito um arratel de Carne, e outro de farinha; e desta somente o de farinha as. almas captivas, e lucrar a Sociedade Rs 161:437 § 852 !!!...

Nestas circunstancias a Sociedade Geral Maranhense, devem os seus Membros ficarem mui satisfeitos em custar lhez, do 3.º anno em diante, o arratel de Carne a 60 rs., eo alqueire de farinha a 1:200 rs., e assim poderá a mesma Sociedade da Capital concorrer para a amortisação da divida publica com 2:0:000 § rs. e cada uma das 8 Comarcas com 25:000 § rs. e assim talvez que esta Provincia possa concorrer com 400:000 § rs., annualmente sem fazer sacrificio algum, e o que só pode ter lugar em quanto se não extinguir a mesma divida; e extinta que seja fornecerá aos seus Membros o mesmo arratel de Carne a 40 rs., e o alqueire de farinha a 800rs., e assim terá lucros para fazer diferentes Obras para commodidade de todos os socios.

A fl 57, das mesmas Razões, mostra qual a Supplica que dirigio a Assembleia Legislativa Provincial; a fl 104 o Parecer e projecto da respectiva Commissão; e a fl 105 a Ley em que foi authorizada a Assembleia Geral da Sociedade para criar o Commercial Banco Geral da Provincia.

A fl. 106 do mesmo Volume impresso intitulado—A Constituição Assassina.—em que apresenta documentos e notas relativas aos Assassinos; a fl. 131 hum outro impresso, intitulado—O Fatal, monstruozo e inutil Decreto do 1.º de Junho de 1833—em que prova que a ruina do Imperio é devida ao mesmo Decreto, e que um dos arruinados é o Supplicante, ruina que penetrou, como ja mencionou, no começo de sua execução, e que desde então até agora tem trabalhado para a terminar; e em seguimento ao mencionado Impresso mais um outro apresenta, intitulado—Desposições preparatorias em que manifesta qual a fortuna que possui, e seu destino; e os meios de se fazerem recreios publicos a custa dos Habitantes da Capital sem elles sentirem; projecto, que a mesma Assembleia Legislativa Provincial Bemtevi, estava desposta a Decretar a respeito si o mencionado ex.º Presidente Figueira de Mello prorogasse a Sessão.

Havendo V. M. Imperial por bem, e o Poder Legislativo da Nação Decretarem seja adoptado o Systema d'Associação ja desta Provincia approvedo, em todas as mais Provincias, talvez estas tambem possam amortizar as suas circulantes notas, moeda papel, e concorrer para a amortisação da mencionada divida publica, pelo menos, com 6:000 § rs., por anno, e assim em 10 annos só a Sociedade Geral do Imperio poderá amortizar 60 mil contos, e, em menos de 5 annos as mesmas Notas, sendo estas, Imperial Senhor, e a introdução consentida da moeda de cobre, a cauza do avultado empenho da Nação, e do Supplicante, desde 1833, em que appareceu o dito Decreto do 1.º de Junho do mesmo anno até hoje, ter escampto quanto ousadamente tem Offerecido a V. M. Imperial, applicando aquelles meios que seus mediocres conhecimentos lhe tem figurado possam fazer prosperar o Vasto Imperio de V. M; cujo systema d'Associação seis Deputados de V. M. Imperial, que governam esta Provincia, todos animarão ao Supplicante para promover o seu progresso; e os que coadjuvarão, e derão publicas demonstrações, de que o desejavão levar a effeito, eo que nenhum pôde conseguir, porque quando estão proximos a isso erão logo rendidos; demonstrações que o actual Presidente, o Doutor Jeronimo Martinianno Figueira de Mello, não deu, tendo dito ao Supplicante, (quando lhe offereceu suas Razões Finaes e lhe expoz quaes os interesses, pue, os Habitantes da Provincia podião ter adoptando o systema d'Associação que havia inventado) que contasse com a sua cooperação, e que passados, dez ou doze dias, lhe apparecesse para tratar do progresso do projecto, tempo em que poderia observar as mes-

das Razões, visto serem longas.

No fim de 15 dias foi que o Supplicante lhe appareceu, e por elle tambem lhe foi dito, que ainda as não tinha podido acabar de ler, e que passados 8 dias apparecasse-lhe; sciente o Supplicante de que ja as tinha lido, e dito que lhe não agradou quanto observou notado relativamente ao Commandante das Armas, e do seu Patricio, o ex-Presidente Pedro Joze da Costa Barros; em consequencia só lhe appareceu a dar-lhe parte do accordo em que a Assembleia Legislativa Provincial estava, qual o de Decretar a Ley em que responsabilisava os seus constituintes a fazerem effectivas as respectivas Acções de contribuição, e que como estava a sessão proxima a serrar-se não a podia descutir nos poucos dias que lhe restava; e cuja Ley seis Juizes de Páz lhe haviam requerido; que S. Exc. bem podia prorogar a Sessão por mais alguns dias, visto que objecto era de interesse publico, prorogação que na antecedente Sessão havia concedido, e que sempre a concederão seus Antecessores: respondendo-lhe, que o Thesouro Provincial não estava em estado de continuar a pagar o Subsidio aos Deputados, e que só a poderia conceder si o Supplicante lho pagasse!!! Respondeo-lhe este—Carregarei mais com essa despesa—e entregou-lhe o requerimento em que lhe pedia a mesma prorogação, qual recebeu, e disse que tomaria em consideração o pedido, e diffiri-la, como diffiria na ante vespóra de serrar-se a Sessão nestes termos—Não tem lugar a pertença do Supplicante—e assim parou o progresso do projecto; e porque, Imperial Senhor? Para satisfazer ao mesmo Commandante das Armas, com quem se ligou, e movido por elle se indispôs contra o Supplicante.

A maldade destas duas Authoridades as prova o Supplicante com documentos incontestaveis em um outro requerimento, que mais ousa levar, nesta occasião, ao Alto conhecimento de V. M. I., qual a constante do impresso a fl. 21, que o Supplicante fez publicar, sem receio de se lhe contestar quanto no mesmo se observa annuciado, esperando de que V. M. I. si Hade Dignar attendello, e tomar tambem em sua Alta consideração os trabalhos que á tido, somente com as vistas de que o Imperio de V. M. prospere, e nenhuma outras o obrigaria a incomodar-se, e a gastar parte de sua fortuna, o que tambem prova em as mesmas Razões Finaes, e seus projectos; e neste sentido, em quanto viver e poder trabalhar, não se hade poupar; porque muito ambiciona que V. M. I., sendo por ventura o 1.º Imperador Brasileiro, seja considerado superior a todos os Imperantes, e que assim hade acontecer o demostra nas mencionadas Razões Finaes.

A fl. 131 do mesmo Volume apresenta o Supplicante o exorbitantissimo e escandaloso prejuizo que lhe tem cauzado as Desposições do Dacreto do 1.º de Junho de 1833, que não he menos de 101:033 \$ 240 reis, desde o desaventurado anno até ao presente, tendo presen-

temente 3 pessoas Livres, e 40 Captivas, quando n'aquelle anno tinha mais do dobro; e contado com as actuaes, e com todos os prejuizos que ha tido. Ora se o Supplicante com tão pequena familia, usando de huma rigorosa economia, e sem fausto algum dispendioso, e tendo só um unico filho, que pouca despesa ainda lhe faz por ser de menor idade, tem sido tão prejudicado, quão maior não será o prejuizo dos poderosos que tiverem 10 a 15 filhos, como alguns ha que os teem, e numeroza escravatura na Capital? Os quaes á vista dos prejuizos do Supplicante não deixarão de se conspirarem contra as desposições do mesmo Decreto; assim como elle se conspirou logo que começaram a ter effecto, e não deixarão de reconhecer que foi o unico que penetrou qual o mal futuro que lhes havia acarretar a moeda papel, que no começo de sua circulação o penetrou, e indicou os meios de remediar, quaes os que tem mencionado, que entende nenhuns outros descobrião que o extinga sem sacrificios dos que o padecem: o certo é que o Supplicante não se enganou, e tanto que grande he o prejuizo demonstrado, o mesmo porque.

P. a V. M. I. Haja por sua Alta Clemencia compadece-se de um unico filho natural que tem, de geração limpa, de nome Hermes Agostinho de Medeiros, de idade de 13 annos, em attenção ao mesmo prejuizo, e ao ter o Supplicante servido na Contadoria da Junta da Fazenda desta Provincia, desde 1796, até 10 de Março de 1819, dia em que foi aposentado por o Decreto transcripto a fl. 71 das mencionadas Razões finaes, e de que tão bem nestas a fl. 70 apresenta a onroza Informaçãõ que a mesma Junta dirigio ao Real Erario de Portugal, em virtude da Provisão tambem transcripta a fl. ditas, a qual depois da mencionada Informaçãõ lhe annexou a Recebedoria do Rendimento dos Dizimos das duas Freguezias do Itapicurú; sendo administrados por tempo de 3 annos, por conta da mesma Fazenda por não haver quem os arrematasse; e depois lhe anneixou as Recebedorias do Rendimento do Subsidio Litterario, e dos Novos Direitos, de que deu exactas Contas, sem faltar as funções de Official maior da mesma Contadoria. Entende o Supplicante serem mais consideraveis os serviços que prestou á Provincia, desde o anno em que foi aposentado até 1822, quaes os de ter promovido o enteressar a Fazenda Nacional mais de 127:000 \$ reis, e o como o demonstra a fl. 25 das sobreditas, Razões, onde a fl. ditas, tambem demonstra ser o promovente de enteressarem os Habitantes da Capital, desde 1820 até 1824, 363:523 \$ 000 reis, quaes deixarão de pagar aos fornecedores da Carne verde.

Além dos mencionados serviços outros prestou aos mesmos Habitantes, como fosse o demolir os muros que cercavão um grande terreno para estabelecer, como estabeleceu, Ruas de 8, e 3 Braças de largo, sendo em uma das quadras do mesmo terreno que se

construiu as Obras da Caza Penitenciaria: cujos terrenos cedeu gratuitamente, e 2.º o preço porque vendeu a Nação a mesma quadra importava em 8:239\$000 reis. Fez construir em seu proprio terreno, á frente de uma das mencionadas Ruas, um Chafariz para subministrar ao publico parte da agua: cujas nascentes para as pôr n'altura disso, e seu encanamento despendeu mais de 8:000\$ rs. objectos que estão patentes, e si achão mencionados a fl. 36 e fl. 37 das sobreditas Razões.

Em 12 de Abril de 1823 foi deportado para Portugal; estando exercendo o lugar de Procurador da Camara Municipal, segundó a Constituição Portugueza pelo motivo de elle, e outros Cidadãos pertenderem proclamar a Independencia, e ser esta Provincia a 3.ª que a proclamasse, onde se demorou 210 dias, inclusive 18 em que esteve prezo.

Como então se não propozesse a vir Embarcações para esta Capital, comprou uma Escuna em que se transportou, em 19 de Dezembro do mesmo anno, trazendo em sua companhia o Exm. Arcebispo da Bahia, que então era Arcebispo da Cathedral do Pará, onde havia sido eleito Conselheiro d'Estado, a quem ao 4.º dia de viagem declarou, e aos mais companheiros, que havia tencionado proclamar e jurar a Independencia no 1.º de Janeiro de 1824, e esperava que S. Exc. primeiro a jurasse e lhe prestasse também o juramento, e o continuasse a presper aos mais companheiros, e que arranjasse um Discurso apalogo a respeito; lembrança que muito aplaudio, e a tudo se prestou, e o que a este respeito se praticou consta a fl. 30. das mesmas Razões.

Chegados a esta Capital, os mesmos, que requzitarão o seu deportamento, que forão mais de 250 Portuguezes, unicos que, com a junta do Governo Provisorio, se oppuserão ao proclame da Independencia, começaram a promover novos incommodos, não só a elle, como a mais de 25 brasileiros, e conseguirão do ex Presidente Pedro Joze da Costa Barros, que se unio aos mesmos Portuguezes, que todos fossem prezos, como forão em 2 Embarcações de Guerra, e onde forão conservados 45 dias, sendo no fim destes soltos por não haver quem jurasse na Devassa a que mandou proceder: cujo procedimento a respeito apresenta o Supplicante também a fl. 30, e seguintes e o resultado da queixa que o Supplicante fez ao Governo de V. M. I. contra o mesmo ex Presidente.

No citado Impresso fl. 96 apresenta o quanto dezeja a commodidade dos Habitantes da Capital, visto que nesta nenhuns recreios publicos tem: cujo plano a respeito offereceu na ultima Sessão, a Assembleia Legislativa Provincial, aqual reconhecendo-o útil commetteo a respectiva Commissão para dar a seu parecer, que deu o cons. tante a fl. das mencionadas Razões Finaes,

SENHOR; o Supplicante tendo prestado quanto lá exposto não tem pedido ao Governo de V. M. I. remuneração alguma, e nem a pederia visto a avançada idade que tem, porque pouco tempo ella, lhe permite viver; e por is-

so tsansfere em seu mencionado filho o direito de qualquer Graça com que V. M. I. se Digne favorecer ao Supplicante; e porque este tem consumido, como tem demonstrado, a fortuna que poderia deixar ao dito seu filho, Brasileiro que muito preza e estima, e dezeja que elle tenha mais discango do que tem tido o Supplicante, desde que começou a servir a Provincia, até ao presente; e o que só poderia conseguir, Dignando-se V. M. I. Authorizar ao Inspector da Thesouraria Geral da Provincia para que, por seu falecimento continue seu dito filho a ser considerado por Official maior da Contadoria Apposentado, vencendo o ordenado que percebe o actual; vencimento que tão bem o Supplicante implora a V. M. I. Haja por sua Alta Clemencia, em attenção aos prejuizos que ha mencionado mandar-lhe pagar em quanto viver desde o dia em que o dito lugar foi chegado a 1:200\$ reis, descontando-se-lheos 200\$ reis que tem recebido, Graça, Imperio, e Senhor, que o Supplicante implora, e espera receber, e mais que V. M. I. Haja de tomar em sua Alta Consideração os interesses que offerece o systema d'Associação Geral; que mais conveniente julgar, por quanto está o Supplicante intimamente convencido de que adoptado em todo o Imperio facil será, o seu desempenho;

E. R. M.

Manoel Joze de Medeiros.

— REPRESENTAÇÃO. —

SENHOR

Manoel Joze de Medeiros, muito obdiente Subdito de V. M. I. e C., habitante na Capital da Provincia do Maranhão; leva ao Alto Conhecimento de V. M. I.; por intermedio do Exm. Ministro e Ssecetario d'Estado dos Negocios do Imperio, os inclusos documentos, em que prova o desorientado procedimento do ex Presidente o Dr. Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, d'accordo com o Commandante das Armas, o Brigadeiro Graduado Manoel de Souza Pinto de Magalhães, e o Commandante do Corpo de Policia Joaquim Serapião da Serra, sendo este o que mandou recrutar, um molato escravo do Supplicante, que lhe estava administrando sua Quinta, e ta no arrabalde da mesma Capital e onde habita: cujo recrutado, no seguinte dia, do em que foi prezo, 6 de Janeiro ultimo, provou sua escravidão ao mesmo Commandante de Policia, e mesmo o Supplicante no dia 8, tão bem lha provou.

O mesmo recrutado sendo remettido com outros á Presidencia a esta declarou que hera escravo, e de quem; e como estivesse presente o Official-maior da Secretaria, asseverou-lhe este que hera escravo, e do Supplicante; provas que não forão attendidas, e nem o requerimento n.º 1. O gerto é que

o Commandante das Armas, mandou-lhe sentar praça, como prova com o documento n.º 4 e desde então até hoje não tem visto a sua roubada propriedade; roubo o mais escandaloso que se tem feito nesta Província sem respeito a Constituição do Imperio, que garante a propriedade do Cidadão, a mesma que as mencionadas Authoridades jurarão manter, guardar, cumprir, e fazer cumprir suas disposições, e foraõ as mesmas que assim a assassinarão.

No requerimento, documento n.º 2 indica o Supplicante um outro escandalosissimo procedimento, promovido por intermedio do Thesouro Provincial, qual passa a demonstrar.

Dous Empreiteiros arrematarão, figurando um d'arrematante e outro de fiador, 2/3 da obra da Casa Penitenciaria, com a condição de a darem prompta em determinado tempo, e na falta pagariaõ 4:000 \$ reis de multa. Na mesma conformidade arrematou o Supplicante o restante terço de obra: condição a indicada que aquelles arrematantes não cumprirão, e que o Supplicante exactamente cumprio, ainda dias antes do prazo ajustado; e em consequencia ordenou a Presidencia, precedida a vistoria estipulada no Contracto, ao Thesouro para lhe satisfazer o devido ultimo pagamento, que lho satisfez em 4 prestações, em diferentes mezes.

Sciante o mencionado ex Presidente da cauza da paralisação da obra, authorisou ao Major Enginheiro J. J. R. Lopes, para a fazer acabar por conta dos 3 Empreiteiros, e ao Thesouro para lhe fornecer as quantias que elle requessitasse para a compra de materiaes, e pagamento a Operarios, e que cada pagamento que fizesse obrigasse os mesmos Empreiteiros a pagal-os; assim como a multa de 4:000 \$ reis, o que cumprio o Thesouro requesitando ao Juiz dos Feitos da Fazenda um mandado constante dos 4:000 \$ reis, e destes que fosse obrigado o Supplicante a pagar 2:000 \$ reis, e aquelles Empreiteiros outros 2:000 \$ reis, e não pagando que lhes sequestrassem escravos sufficientes para pagamento da dita quantia e custas; e como Supplicante nada devia não pagou, por conseguinte requizerão os Officiaes que nomeasse 7 Escravos ao sequestro, que era a ordem que tinhaõ; nomeação que fez, e foraõ depositados os Escravos; 1.ª acção que ainda está laborando.

Feito o 1.º pagamento ao Engenheiro apresentarão-lhe segundo mandado para pagar metade da quantia despendida, e que não a pagando lhe sequestrasse um Escravo; 2.ª acção, e destas mais 3 lhe promoverão por semelhantes pagamentos, sequestrando-lhes um escravo para satisfação de cada pedido: na 2.ª, 3.ª, e 4.ª acções allegou o Supplicante em sua defeza que só lhe pertencia pagar a terça parte do terraplenamento de um pateo, unica Obra que deixou de ultimar por ser o lugar em que os dous Empreiteiros erão obrigados a mandar construir um pogo, falta que declarou a Presidencia quando lhe participou haver concluído a sua respectiva Obra, e que mandaria fazer o respectivo terraplenamento logo que se cons-

truisse o dito pogo, obra esta que nem elles, e nem o Enginheiro mandarão fazer, e só mandou o dito Enginheiro terraplenar o terreno: cuja despeza á vista da ultima conta provou o Supplicante na 5.ª acção que lhe importava a 3.ª parte em 2:133 rs.

Do pedido da Acção, dos dous contos pe reis foi absolvido, de cujas sentença appellou o mesmo Juiz para a Relação do Districto, onde ora existem correndo os ultimos termos, consequentemente absolvido se considera do pedido na 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª Acções, a vista das provas produzidas na 1.ª, e 5.ª em que provou com documentos e testemunhas, sendo destas uma o Official maior, e o 1.º da Secretaria da Presidencia, e das mais foi uma a que administrou a obra dos mencionados Empreiteiros, e a outra um habil constructor de obras, sendo estas duas que orgarão o terço do terraplenamento em 2:133 reis, unica obra que lhe pertencia.

O Inspector do Thesouro Provincial em 20 de Maio ultimo officiou ao actual Exm. Presidente da Provincia dirigindo-lhe a relação da despeza que o dito Enginheiro lhe havia apresentado em que este demonstrou haver despendido nas obras que fez construir 1:226 \$ 430 reis, sendo pela metade desta quantia que se sequestrarão ao Supplicante 4 Escravos para pagamento dos 2:133 reis, e 4:103 \$ reis que era a importancia das obras que os arrematantes deixaraõ de fazer e elle mesmo; e por isso se devia haver dos sobre-ditos arrematantes.

O mesmo Exm Presidente á vista do que lhe ponderou o Inspector do Thesouro, e da relação da despeza do Engenheiro, ordenou o Inspector que fizesse coagir ao Supplicante, e aos ditos Empreiteiros da Casa de prisão para reporem a mencionada quantia de 4:103 \$ reis, bem como o excedente da quantia estipulada por elles recobida, segundo havia communicado á Presidencia em 22 de Setembro p. p.

O excedente que indica o mesmo Inspector nenhum lugar tem a restituição, porque o receberão por deliberarão d'Assemblea Legislativa Provincial, o que provará o Supplicante logo que a isso for obrigado; acção que espera lhe promovão.

Eis demonstrado, Imperial Senhor, as perseguições que o Supplicante tem soffrido desde Setembro ultimo até agora exigindo-se d'elle o que não deve, como tem provado, no entanto tem pago custas, sellos, e agencias exorbitantes, tudo devido ao ex Presidente Figueira de Mello, que odeiou ao Supplicante somente por haver desmascarado o seu predilecto amigo o referido Commandante das Armas, e o ex Presidente Pedro Joze da Costa Barros, filho da Provincia do Ceará, em consequencia da perseguição que este taõbem lhe fez, e a mais de 25 Cidadãos Brasileiros; e por este respeito Deos Inspire ao Governo de V. M. I. para que mais se não lembre de nomear filhos d'aquella Provincia para governar esta; porque

ambos foram huns remarcados despotas, e desca-
zados partidistas.

V. M. I. haja por Sua Alta Clemencia
perdoar ao Supplicante as faltas de respeito
com que tem expressado os seus padecimentos;
e assim mais

P. a V. Magestade Imperial lhe faça a
graça mandar á competente Authoridade que
lhe mande entregar o seu escravo, e que os
protestados lhes satisfazão o contheudo cons-
tante do protesto, documentó N.º 9 sem con-
tendas Joluciarías;

E. R. Mc.

Manoel Joze de Medeiros.

— RESPOSTA. —

*Ao pedido que fez ao Nobre Deputado o Sr.
Dr. Joze Martins Ferreira.*

..... Manoel José de Medeiros—
Presadissimo Snr, Em resposta a sua estima-
da Carta de 10 do corrente, em que me pede
uma copia do parecer, que havia feito para a-
presensar á Assembleia Provincial, sobre o Jar-
dim Botânico, sou a dizer-lhe que tendo con-
cluido, nos ultimos dias de Sessão, o outro pa-
recer acompanhado de um projecto, que foi
apresentado no dia do encerramento por falta
de tempo (como V. S. sabe) não pude con-
cluir o projecto, que devia acompanhar o pa-
recer, que lhe remetto por copia, sendo essa
tambem a razão, porque nesse mesmo dia não
foi este presente a Assembleia Provincial como
desejavamos. V. S. dice-me que o Exc. Snr.
Presidente da Provincia prorrogaria a Sessão
por mais alguns dias para se tratar d'esses
objectos, que sem duvida alguma, são de gran-
de utilidade ao publico, porem não se tendo
verificado tal prorrogação, impossivel me foi
fazer esse serviço para o qual me prestava
com muito gosto. Queira d'spor do pequeno
prestimo de que me he com todo o respeito e
consideração—De V. S. Muito attento Vene-
rador e Criado Obrigadissimo—Joze Martins
Ferreira—Maranhão 13 de Novembro de 1843.

— PARECER. —

A Comissão de Petições examinando
com a devida attenção o Manifesto, planta, e
Orçamento que o Cidadão Manoel Joze de
Medeiros, dirigio á Assembléa á cerca do jar-
dim Botânico, e outros objectos de recreio pu-
blico, Obra ja decretada por Ley da Assembleia
Geral Legislativa do Imperio. Esta Capital
nenhum recreio publico tem; o terrene e lo-
cal, que o mesmo Cidadão offerece é sem du-
vida reconhecido por o mais agradável que
ha nos arrabaldes desta Cidade, e que tem
em si quanto requer hum Jardim. A Com-
missão reconhece que dentro em dous annos
podem ficar as Obras projectadas ultimadas;
consequentemente concorda que esta Assem-

bléa accite o offerecimento do mesmo Cida-
dão, e de sua Mulher, e offerece a considera-
ção da Camara o seguinte.— Projecto — Joze
Martins Ferreira.

— NUMERO 166. —

Ley de 30 de Outubro de 1843.

Jeronimo Martiniano Figueira de Mello,
Presidente da Provincia do Maranhão: Faço a
saber todos os seus habitantes, que a Assembléa
Legislativa Provincial Decretou e eu sancionei
a Ley seguinte.

Artigo unico. A Assembléa Geral Ma-
ranhense, instituida nesta Provincia, segundo o
Projecto do Cidadão Manoel Joze de Medei-
ros, fica authorizada a criar um Banco co-
mercial, cujos Estatutos serão feitos pela As-
sembléa da mesma Sociedade, dependendo da
approvação da Assembléa Legislativa Pro-
vincial.

Mando portanto &c.

— EXPOZIÇÃO. —

Ilm. e Exm. Snr.

Como subdito de V. Exc. venho apresen-
tar-me, e significar-lhe, que muito estimo a
sua vinda, e que esteja gozando perfeita saude,
e tambem estimarei que S. M. o Imperador
consERVE por longos annos n'Administração da
Provincia que se Dignou confiar-lhe; meio uni-
co d'ella prosperar.

V. Exc. veio em uma epoca que mu-
cil poderá conseguir elevar a mesma Provin-
cia ao maior auge de prosperidade; e os meios ou-
so offerecer a V. Exc., demonstrados no in-
cluso volume: meios que se achão solemnemente
approvados por 6 Antecessores de V. Exc., e
por todos os Cidadãos constantes do Quadro
incluso.

O projecto he gigantesco, o que ouso pro-
ferir por assim o terem classificado os mesmos
Exms. seis Antecessores, e Assembleia L. P.
como V. Exc. observará no impresso intitula-
do Disposições preparatorias.

O Systema d'Associação, que inventei, he
desconhecido, e tal que levado a effeito podem-
se conseguir 6 uteis e importantes fins; quaes
tive em vistas, sendo o 1.º o baratearem os
generos de primeira necessidade: 2.º a crea-
ção de um Banco Commercial Geral na Co-
marca Capital, e em cada Comarca do Interior
um outro filial, que serão as Fontes perenes,
e inscaveis da Sociedade Geral Maranhense:
3.º a amortisação das Notas, moeda papel,
que se póde extinguir dentro de dous annos
quantas circularem na Provincia: 4.º acabar
com os excessivos premios de 1 a 4 por cento
ao mez; premios que ja tem desgraçado a mu-
ltaes proprietarios: 5.º haver somente um ven-
dedor do Genero Algodão, em que muito en-
teressarão os respectivos Agricultores, e ta-

bem um só comprador aos generos de 1.^o necessidade, e 6.^o a amortisação da dívida publica, que tocar á Provincia, logo que a Sociedade esteja em circumstancias disso. Conseguidos estes fins, facil será estabelecer-se a união e viver a Sociedade em harmonia, e o que a isso a hade mover, é serem os interesses communs. (*)

Eis, Exm. Sr., em que me tenho empregado desde que apparece o Fatal, Monstruozo, e inutil Decreto do 1.^o de Junho de 1833, que me poz no estado em que V. Exc. observará, e quanto a Sociedade supplica a V. Exc., como seu 1.^o Grande Eleitor, e Presidente da Junta Directoria.

He quanto tenho a satisfação de indicar a V. Exc., que Deos Guarde por muitos annos. Maranhão 11 de Junho de 1844.—Ilm. e Exm. Sr. Dezembargador João Joze de Moura Magalhães, Presidente da Provincia—De V. Exc. Subdito e fiel Criado.

Manoel Joze de Medeiros.

—São innumerados os erros que os Srs. Leitores hão de encontrar no prezente volume tanto meus, como da Typographia, quaes entendido serem desculpaveis, visto que só mal me instrui nas primeiras letras; e attendendo a esta veridica razão espero os desculparão: todavia precizo é que lhes note os seguintes.

A fl 14 § 2.^o na 1.^a linha em lugar de 4 acreditem ser 5, e 4 o n.^o 3 da 3.^a linha: e na 4.^a linha considerem os 8,500 rs. por 2 a 3.

A fl 16 na 1.^a colana, e ultimo § em lugar de 2821 é 1821.

Por impossibilidades da mesma Typographia, e ser-me preciso publicar, quanto antes, os documentos neste transcriptos, não apresento neste volume as notas relativas aos Srs. Advogados J. F. F. de Carvalho, patricio do Sr. Figueira de Mello, e Balthazar & Irmão; as quaes em tempo opportuno serão publicadas no Impresso que terá este titulo—OS CREDORES A' CASA DE MEDEIROS.—

(*) Sendo levado a effeito o solememente approved projecto, não podem deixar de se verificar os seis mencionados fins; e fins que podem arrastar bens mui consideraveis, que elevarão a Provincia ao maior auge de grandeza e prosperidade, como tenho por differentes vezes demonstrado, e recentemente demonstrei no impresso que fiz distribuir pelos mais notaveis Cidadãos desta Capital, aos quaes ousou advertir que observem com attenção as 3 primeiras adições da 1.^a columna de fl 2, e a 2.^a adição da seguinte, o que é bastante para cada um conhecer sua enfermidade; qual ja mais a terminará, a não ser por o meio d'associação geral que se acha approvada, e decretada a sua execução; execução que si a não verificarem reduzidos todos ficarão a o ultimo apuro de miseria, qual já hoje muitos estão nesse estado, e não só por isso, como para que se não diga, que os Maranhenses estão com os olhos tapados. Tenho repetido em alguns scriptos, e torno a repetir, que tanta satisfação terei que aproveitem os meus trabalhos, como não; por quanto tenho mostrado que muito dezojo a prosperidade do Brasil, e mais a desta Provincia, patria que adoptei, e que lhe devo ser grato; dever de

M. J. de Medeiros.